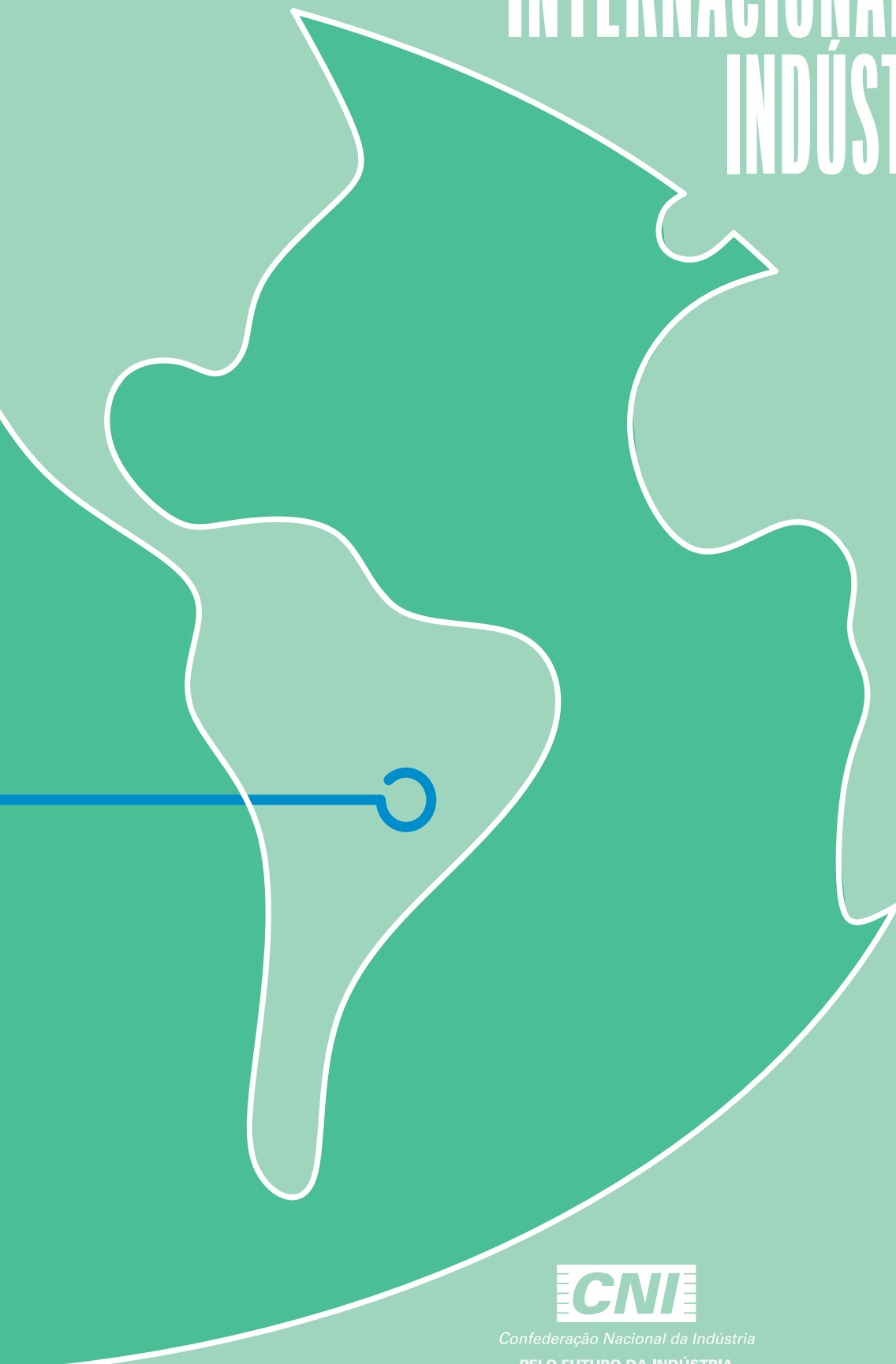




2020

AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

AGENDA
INTERNACIONAL DA
INDÚSTRIA

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Robson Braga de Andrade
PRESIDENTE

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Carlos Eduardo Abijaodi

DIRETOR

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Mônica Messenberg Guimarães

DIRETORA

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS

Fernando Augusto Trivellato

DIRETOR

DIRETORIA JURÍDICA

Hélio José Ferreira Rocha

DIRETOR

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado Matta

DIRETORA

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

DIRETOR

DIRETORIA DE INOVAÇÃO

Gianna Cardoso Sagazio

DIRETORA



2019

AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

@ 2020. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI
GERÊNCIA EXECUTIVA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS – AI

FICHA CATALOGRÁFICA

C748a

Confederação Nacional da Indústria.
Agenda Internacional da Indústria/Confederação Nacional da Indústria. –
Brasília : CNI, 2020.
78 p. : il.

1. Políticas Comerciais. 2. Mercado Externo. I. Título.

CDU: 338.45

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Sede

Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3317-9000
Fax: (61) 3317-9994
www.cni.org.br

SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992
sac@cni.org.br

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TOTAL DE AÇÕES EM 2019.....	19
GRÁFICO 2 – TOTAL DE AÇÕES POR EIXO EM 2019.....	20
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DE AÇÕES NO PERÍODO 2017-2019.....	20
GRÁFICO 4 – PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO PIB EM 2020 (%).....	24
GRÁFICO 5 – EXPORTAÇÕES TOTAIS DO BRASIL POR FATOR AGREGADO.....	27

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – MECANISMOS DE CONSULTA GERIDOS PELA ÁREA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS (AI)	18
QUADRO 2 – IMPACTO NA ECONOMIA DECORRENTE DA EXPORTAÇÃO DE CADA R\$ 1 BILHÃO	28
QUADRO 3 – AÇÕES DE 2020	36

GLOSSÁRIO

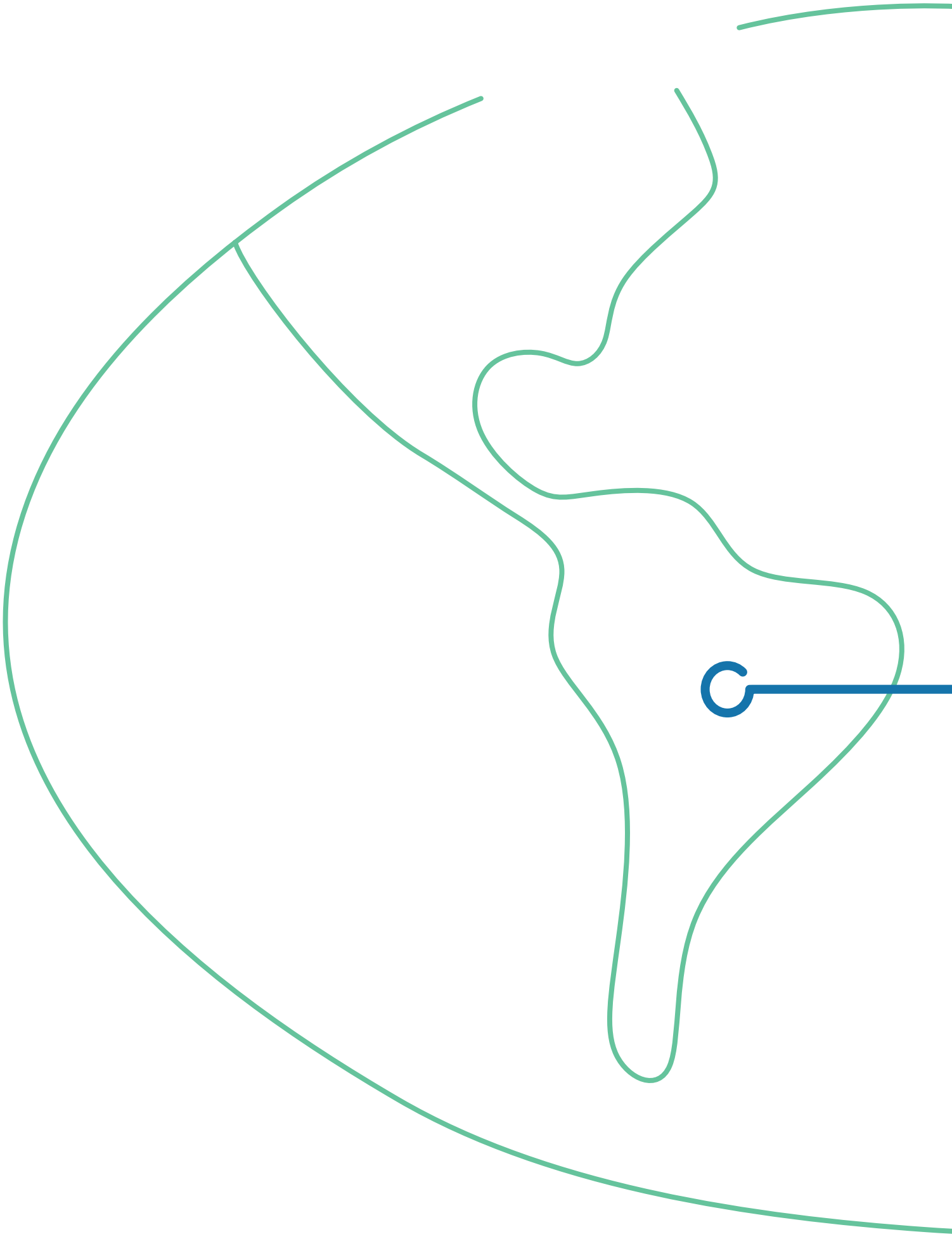
ABGF	Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias
ACFI	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos
ACG	Acordo de Compras Governamentais
ADT	Acordo para Evitar a Dupla Tributação
AFC	Acordo de Facilitação de Comércio
AFRMM	Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
AI	Área de Assuntos Internacionais
AIR	Análise de Impacto Regulatório
ALC	Acordo de Livre Comércio
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Apex-Brasil	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
ATA Carnet	Carnê de Admissão Temporária
B20	<i>Business 20</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CAT	Comitê de Alterações Tarifárias
CDCOM	Comitê de Defesa Comercial
CEB	Coalizão Empresarial Brasileira
CEBEU	Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos
CEBRAJ	Conselho Empresarial Brasil-Japão
CEBRAMEX	Conselho Empresarial Brasil-México
CEBRICS	Conselho Empresarial do BRICS
CEMBRAR	Conselho Empresarial Brasil-Argentina
CFB	Coalizão Empresarial para Facilitação de Comércio e Barreiras
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CLV	Certificado de Livre Venda

CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
COANA	Coordenação-Geral de Administração Aduaneira
COD	Certificado de Origem Digital
COFIG	Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações
CONEX	Conselho Consultivo do Setor Privado
CONFAC	Comitê Nacional de Facilitação de Comércio
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
CONINV	Comitê Nacional de Investimentos
COPCOM	Comitê Nacional de Promoção Comercial
CTN	Código Tributário Nacional
DI	Declaração de Importação
DU-E	Declaração Única de Exportação
DUIIMP	Declaração Única de Importação
EFTA	Associação Europeia de Livre Comércio
FCE	Fórum de Competitividade das Exportações
FET	Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
G20	Grupo dos 20
GLME	Guia de Liberação da Mercadoria Estrangeira
GT Defesa	Grupo de Trabalho de Defesa Comercial
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
II	Imposto de Importação
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IR	Imposto de Renda
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MRE	Ministério das Relações Exteriores

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Operador Econômico Autorizado
OMA	Organização Mundial das Aduanas
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCEs	Preocupações Comerciais Específicas
PCFI	Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos
PEIEX	Programa de Qualificação para Exportação
PIB	Produto Interno Bruto
PNCE	Plano Nacional da Cultura Exportadora
PROEX	Programa de Financiamento às Exportações
RECOF	Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado
RECOF-SPED	Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital
Rede CIN	Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios
REINTEGRA	Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras
RFB	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
SACU	União Aduaneira da África Austral
SCE	Seguro de Crédito à Exportação
SDCOM	Subsecretaria de Defesa Comercial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SEM Barreiras	Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SGP	Sistema Geral de Preferências
SICA	Sistema de Integração Centro-Americano
SISPROM	Sistema de Registro de Informações de Promoção
SPS	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
TBT	Barreiras Técnicas ao Comércio
TEC	Tarifa Externa Comum
UE	União Europeia
UEE	União Aduaneira Euroasiática
ZPE	Zona de Processamento de Exportação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 CONSTRUÇÃO DA AGENDA E MECANISMOS DE CONSULTA	17
1.1 Balanço das ações de 2019	19
2 CONTEXTO	23
2.1 Contexto internacional	23
2.2 Contexto doméstico	26
3 AÇÕES PRIORITÁRIAS	31
4 AÇÕES DE 2020	35
4.1 Defesa de interesses em política comercial	37
4.2 Serviços de apoio à internacionalização	56
4.3 Ações em mercados estratégicos	61
4.4 Cooperação internacional	64
5 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2019	67
6 AÇÕES COM DESDOBRAMENTOS NOS ESTADOS	77



APRESENTAÇÃO 15

O comércio exterior é uma ferramenta fundamental para a aceleração do crescimento econômico e para o aumento da produtividade e da competitividade da indústria brasileira. Um país mais integrado ao mundo produz, inova e gera mais e melhores empregos.

Para inserir o Brasil nos mercados, é necessário identificar, com precisão e clareza, as mudanças na política comercial que ampliem a demanda externa pelos bens e serviços brasileiros e que melhorem o ambiente de negócios. Além disso, é necessário apontar os serviços requeridos pela indústria para impulsionar sua internacionalização, os mercados prioritários para sua atuação e as oportunidades de cooperação.

Como parte do esforço para apoiar o governo federal, entidades empresariais e empresas nesse processo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) publica a 5ª edição da *Agenda Internacional da Indústria*. O documento foi elaborado a partir de ampla consulta à base empresarial, incluindo Federações Estaduais das Indústrias, associações setoriais, sindicatos patronais, e empresas exportadoras, importadoras e investidoras.

A *Agenda Internacional da Indústria* de 2020 lista 109 ações, distribuídas em quatro eixos de atuação: defesa de interesses em política comercial; serviços de apoio à internacionalização; ações em mercados estratégicos; e cooperação internacional.

As novidades desta edição incluem: os novos eixos voltados aos mercados estratégicos e à cooperação internacional; a reestruturação do eixo de serviços de apoio à internacionalização; a identificação clara dos avanços, não avanços e retrocessos em cada tema; e as seções mais enxutas sobre os contextos internacional e doméstico.

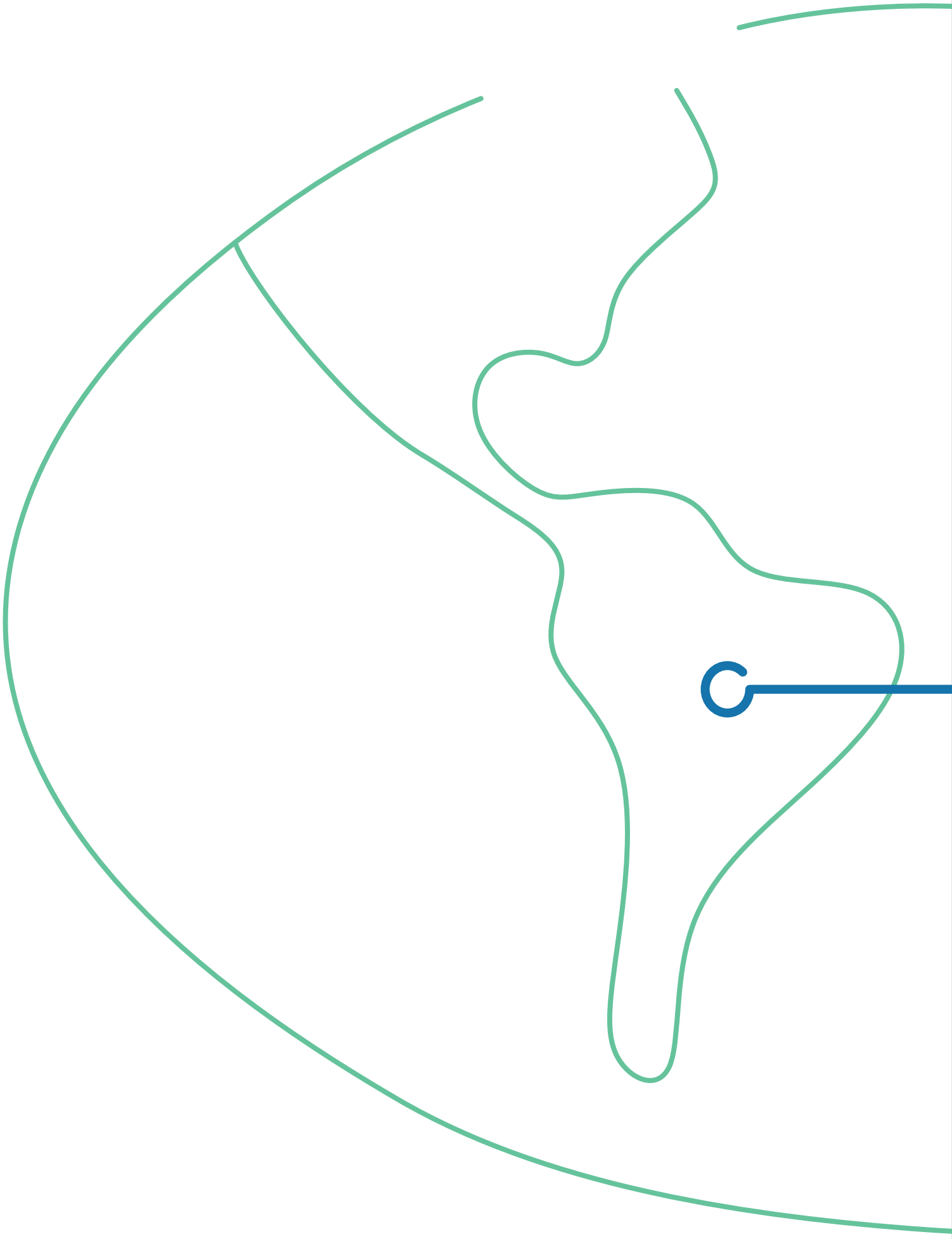
A CNI espera que a presente *Agenda* estimule o diálogo entre o setor privado e o governo, bem como o trabalho conjunto para promover a retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento do país.

Boa leitura!

ROBSON BRAGA DE ANDRADE

Presidente da CNI





1 CONSTRUÇÃO DA AGENDA E MECANISMOS DE CONSULTA 17

As ações selecionadas neste documento são o resultado de um processo de construção em três etapas, que atende a quatro objetivos do mapa estratégico da área de Assuntos Internacionais (AI) da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para o período 2019-2022.

A primeira etapa é a consolidação de todas as demandas dos mecanismos de consulta geridos pela AI e relacionados no quadro 1.

A segunda etapa é a análise dos resultados da pesquisa “Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras”, realizada pela CNI, a cada dois anos, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), cuja edição de 2018 contou com a resposta de 589 empresas, em sua maioria pequenos negócios.

A terceira etapa é a crítica e validação das ações selecionadas pela equipe técnica da CNI em reuniões com quatro grupos de *stakeholders*: Federações das Indústrias; associações setoriais; sindicatos patronais; e empresas.

QUADRO 1

MECANISMOS DE CONSULTA GERIDOS PELA ÁREA
DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

MECANISMOS COM FOCO EM TEMAS



Coalizão Empresarial Brasileira (CEB): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de acompanhar e influenciar as negociações de acordos comerciais.



Coalizão Empresarial para Facilitação de Comércio e Barreiras (CFB): reúne entidades empresariais para promover a facilitação de comércio no Brasil e para eliminar barreiras às exportações brasileiras em terceiros mercados.



Fórum de Competitividade das Exportações (FCE): reúne grandes empresas exportadoras brasileiras – sem restrição de origem do capital – para promover o aumento da competitividade exportadora.



Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras (FET): reúne empresas brasileiras com investimentos no exterior para promover políticas de apoio e facilitação de suas operações externas.

Grupo de Trabalho de Defesa Comercial (GT Defesa): reúne entidades empresariais para promover o comércio justo.

MECANISMOS COM FOCO NA BASE GEOGRÁFICA



Rede CIN
Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios

Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN): reúne as 27 Federações das Indústrias dos estados e do Distrito Federal com o objetivo de promover a internacionalização das empresas brasileiras.

MECANISMOS COM FOCO EM MERCADOS PRIORITÁRIOS



CEMBRAR
Conselho Empresarial Brasil - Argentina

Conselho Empresarial Brasil-Argentina (Cembrar): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil e a Argentina.



BRICS
Business Council
BRAZIL SECTION

Conselho Empresarial do BRICS (CebriCS): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul.



Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos

Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos (EUA).



BRASIL-JAPÃO
JAPAN-BRAZIL

Conselho Empresarial Brasil-Japão (Cebraj): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil e o Japão.

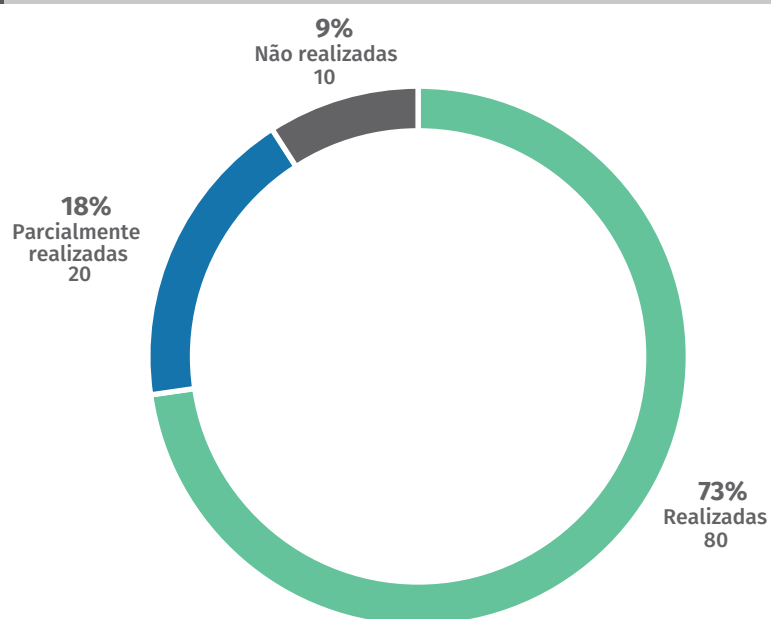


CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL - MÉXICO
CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL - MÉXICO

Conselho Empresarial Brasil-México (Cebramex): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil e o México.

1.1 BALANÇO DAS AÇÕES DE 2019

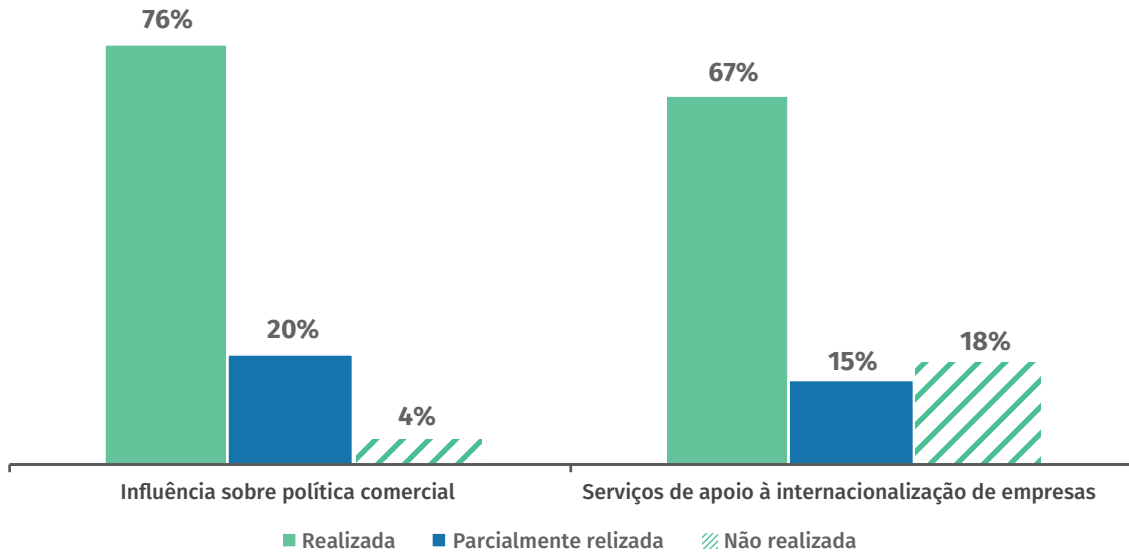
A *Agenda Internacional da Indústria 2019* contou com 110 ações distribuídas em dois eixos: ações de influência sobre política comercial; e serviços de apoio à internacionalização de empresas. Essas ações foram classificadas em três categorias, conforme seu grau de execução: realizadas, parcialmente realizadas e não realizadas. A prestação de contas detalhada está disponível no final do documento.

GRÁFICO 1**TOTAL DE AÇÕES EM 2019**

Fonte: CNI.

GRÁFICO 2

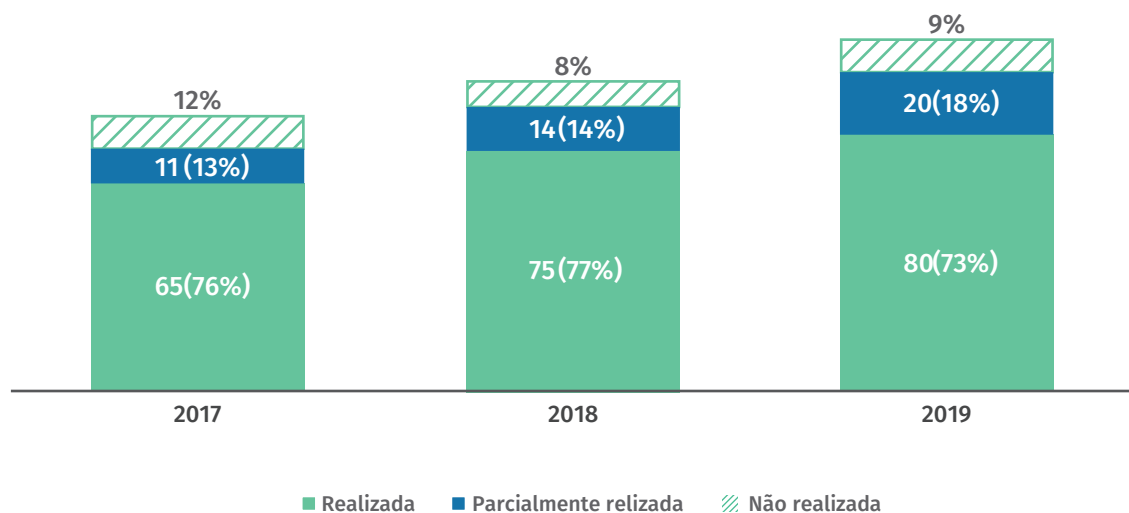
TOTAL DE AÇÕES POR EIXO EM 2019



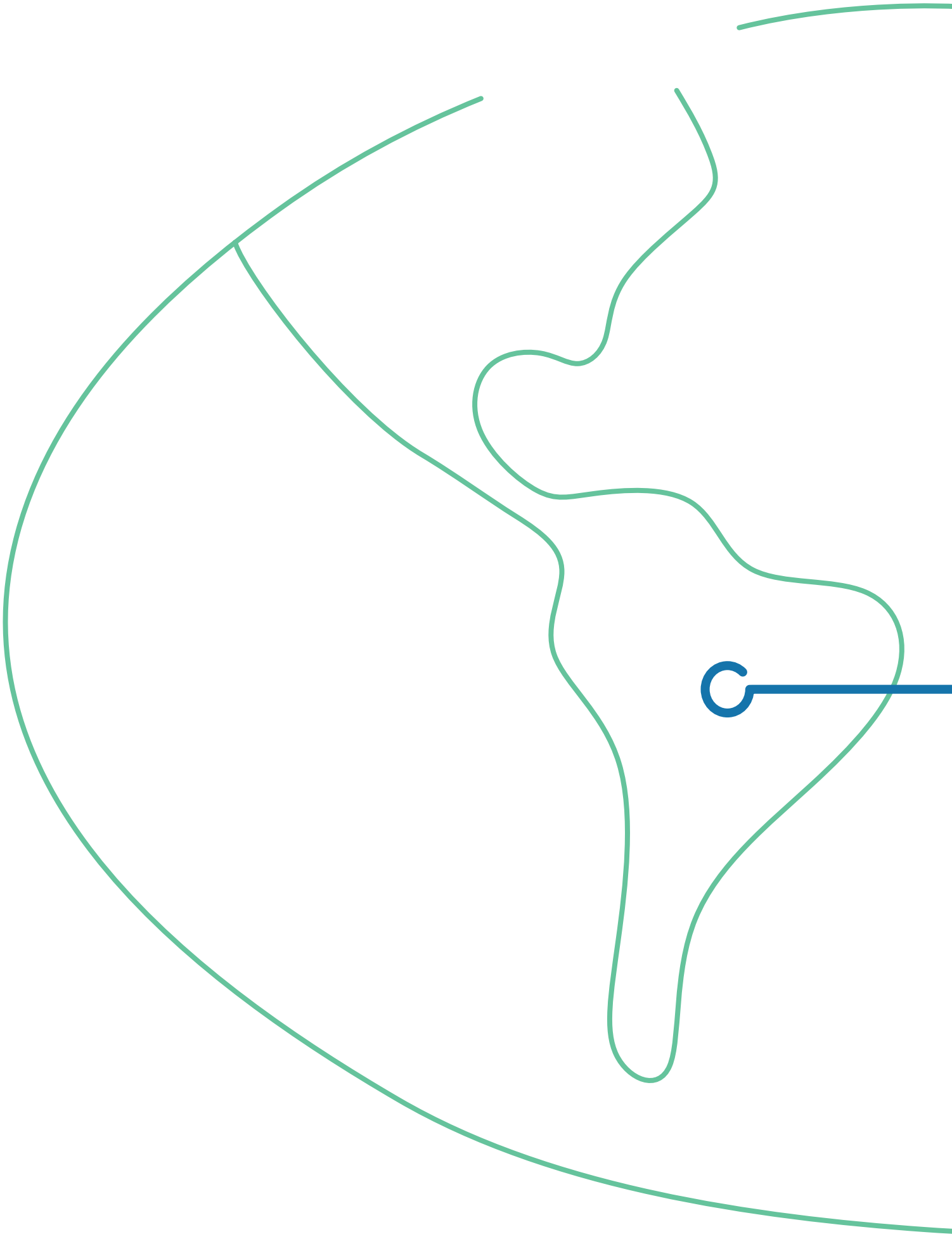
Fonte: CNI.

GRÁFICO 3

EVOLUÇÃO DO TOTAL DE AÇÕES NO PERÍODO 2017-2019



Fonte: CNI.



2 CONTEXTO 23

2.1 CONTEXTO INTERNACIONAL

>> A HERANÇA DE 2019

O ritmo da atividade econômica internacional se enfraqueceu em relação às projeções iniciais para 2019. O crescimento global ficou em torno de 3,0%,¹ 0,5 ponto percentual (p.p.) a menos do que o previsto no início do ano e um dos menores níveis desde a crise de 2008-2009.

A queda na projeção do crescimento esperado se deve principalmente ao desempenho das grandes economias mundiais. Entre os países desenvolvidos, a redução foi observada, sobretudo, na Zona do Euro. Entre as economias emergentes, a queda das projeções foi mais forte, atingindo Brasil, China, Índia, México e Rússia.

A América Latina teve crescimento de apenas 0,2% em 2019, reflexo da queda projetada para o Brasil (que cresceu apenas 0,9%) e o México (0,4% de crescimento), além da já esperada contração econômica na Argentina (em torno de -3,0%), maior destino de vendas de bens manufaturados do Brasil.

A desaceleração industrial foi a principal razão do enfraquecimento da economia em 2019 e foi motivada por: a) queda na produção e venda de automóveis, com reflexos importantes na Alemanha e na China; b) redução da confiança empresarial, derivada da escalada das tensões comerciais e tecnológicas entre China e Estados Unidos; e c) desaceleração da demanda na China, para conter dívidas e adequar-se ao cenário de guerra comercial.

Os conflitos comerciais, a incerteza em relação ao Brexit, e as políticas cambiais e monetárias mais agressivas dos Estados Unidos e da China são fatores que aumentaram também a volatilidade das taxas de câmbio no mundo.

O comércio internacional ficou praticamente estacionado em 2019. O desaquecimento econômico global levou a Organização Mundial do Comércio (OMC)² a reduzir as projeções de crescimento do comércio global para 1,2%, valor significativamente menor do que os 2,6% antes projetados e do que o crescimento em 2018.

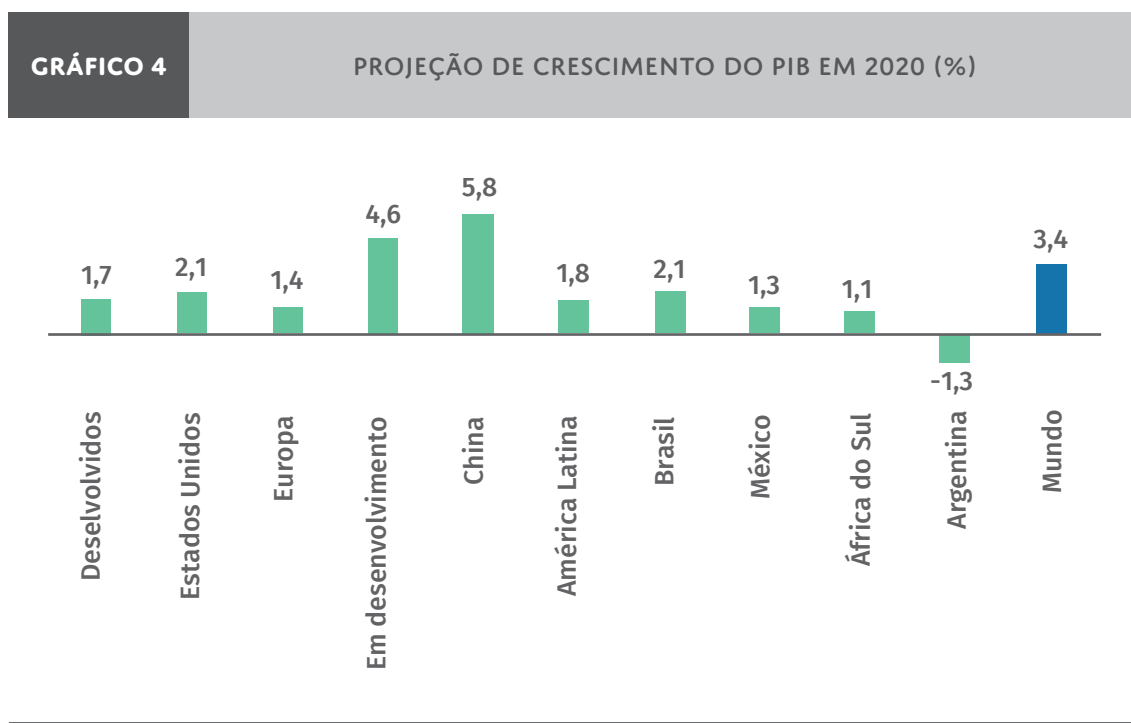
Assim como a desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, as quedas no comércio em relação a 2018 ocorreram globalmente. As mais fortes foram nas exportações a partir da América do Norte (queda de 4,3% para 1,5%) e nas importações da Ásia (queda de

5,0% para 1,3%).

Em 2019, o cenário externo pouco ajudou a atividade econômica e as exportações brasileiras. De fato, a queda de 0,5 p.p. no crescimento mundial fez o Brasil vender US\$ 2,5 bilhões³ a menos em bens industriais.

>> A EXPECTATIVA PARA 2020

Há uma melhora nas projeções de crescimento econômico e do comércio internacional para 2020. No caso do PIB, há uma previsão de ligeiro crescimento, para 3,4%; e o comércio mundial deve ter um aumento mais forte, de 2,7%.



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI). Elaboração: CNI.

³ Cálculo feito com base em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/30450/22513>. Acesso em: 7 jan. 2020. A queda de cada 1 ponto percentual (p.p.) no crescimento mundial reduz em 2,11% as exportações do Brasil.

Nesse sentido, os temas e as tendências internacionais mais importantes que podem afetar a indústria em 2020 são:

RETOMADA DO COMÉRCIO MUNDIAL EM NÍVEIS DIFERENTES	<p><i>O comércio mundial deve retomar em 2020 com mais força, após ficar praticamente estagnado em 2019. O destaque para os exportadores do Brasil são a retomada do crescimento das importações da América do Sul (4,5%), após anos de sucessivas quedas, e das economias em desenvolvimento em geral (4,3%). No caso dos países desenvolvidos, no entanto, a projeção é do menor crescimento nos últimos cinco anos (1,2%).</i></p>
ELEIÇÕES NOS ESTADOS UNIDOS	<p><i>O processo eleitoral nos Estados Unidos repercutirá no mundo, e o efeito para a economia mundial é incerto. Caso um cenário de mais cooperação com a China se estabeleça, haverá grande contribuição para o aumento do comércio global em 2020, e o Brasil será beneficiado. O que parece certo é que não se pode esperar nem um retorno completo ao período pré-guerra comercial, nem uma súbita mudança de posição dos Estados Unidos em foros internacionais, como a OMC.</i></p>
NOVO GOVERNO NA ARGENTINA	<p><i>Na Argentina, voltou ao poder um governo com programa menos pró-mercado. O país vem de dois anos de queda do PIB, porém implementou reformas importantes no último governo, abrindo sua economia e iniciando a acessão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O comportamento do novo governo ainda é incerto, porém, as implicações para o Brasil podem ser profundas – tanto para o futuro do Mercosul, quanto para as exportações de bens manufaturados – caso a Argentina aumente a administração do comércio e/ou não retome o crescimento econômico sustentado.</i></p>
TENSÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS	<p><i>Pelo segundo ano consecutivo, assistiu-se a tensões comerciais e tecnológicas entre Estados Unidos e China, bem como a incertezas em relação ao Brexit. A forma como essas tensões se comportarão em 2020 será fundamental para o crescimento do comércio. De um lado, União Europeia (UE) e Reino Unido firmaram um acordo para garantir o livre comércio. De outro lado, não se pode esperar um acordo que retire totalmente as barreiras bilaterais entre Estados Unidos e China.</i></p>

2.2 CONTEXTO DOMÉSTICO

>> A HERANÇA DE 2019

A economia brasileira voltou a ter fraco desempenho em 2019, e o crescimento ficou em torno de 1,1%. A recuperação econômica é um fato inegável, mas ocorre em intensidade baixa, com o PIB industrial tendo aumentado apenas 0,5%.

O cenário macroeconômico mantém aspectos positivos: baixa inflação, inferior ao centro da meta; taxas de juros em trajetória de queda; e aparente espaço para reduções adicionais.

As contas fiscais evoluíram positivamente: o “teto dos gastos” e outras medidas de contenção de despesas cumpriram papel importante. Contudo, a solução plena dos desajustes precisa disciplinar os gastos obrigatórios, fato que requer uma reforma administrativa e orçamentária.

O desafio fiscal, portanto, foi o problema de fundo mais relevante da economia do país. A boa notícia foi a aprovação da Reforma da Previdência, prioridade do governo federal, com potencial de economia de R\$ 800 bilhões em dez anos.

O emprego segue o ritmo da economia, com uma melhora moderada, mas baseada em criação de vagas sem carteira assinada. A massa salarial real, porém, ainda apresenta retração, demonstrando como a retomada do emprego permanecerá desafiadora em 2020.

As contas externas brasileiras mostraram sinais leves de deterioração como consequência do cenário internacional menos favorável. A taxa de câmbio média do ano ficou em torno de R\$ 3,94 e com aumento importante da volatilidade e depreciação nos últimos trimestres.

O crescimento econômico abaixo do esperado tem duas razões: a) percepção de que a aprovação das reformas estruturais levará mais tempo que o esperado; e b) pouco avanço na agenda de redução do “custo Brasil”, que gera dificuldades, sobretudo ao setor industrial, que compete diretamente com estrangeiros nos mercados doméstico e externo.

A pressão fiscal continuou afetando a política comercial. São exemplos: a) a manutenção da alíquota do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras (Reintegra) em 0,1%; b) a limitação temporária e a falta de fluidez na aprovação de financiamento e garantias às exportações de bens e serviços; e c) o contingenciamento de recursos para a implantação do Portal Único de Comércio Exterior, prioritário para a indústria na agenda de facilitação e desburocratização do comércio exterior.

Apesar dessas restrições, a agenda negociadora progrediu de forma significativa e foi mantida como prioridade no novo governo. Os avanços mais notáveis foram as conclusões dos Acordos de Livre Comércio (ALCs) entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE) e entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA).

A governança do comércio exterior mudou profundamente em 2019. O Ministério da Economia concentrou grande parte das funções da política comercial, e o funcionamento da Câmara de Comércio Exterior (Camex) foi alterado, sem decisões colegiadas até a publicação de um novo decreto presidencial, em outubro de 2019.

Houve uma redução nas consultas públicas em temas de grande impacto, à exceção daquelas relacionadas à defesa comercial. Temas cruciais, como a redução unilateral da Tarifa Externa Comum (TEC), careceram de consultas, avaliação de impacto e diálogo em alto nível, consideradas boas práticas regulatórias. A decisão de não incluir entidades empresariais no Conselho Consultivo do Setor Privado (Conex) da Camex foi mais um sinal na direção de menor transparência.

Por fim, uma nova política externa foi adotada, com maior priorização dos relacionamentos bilaterais. Alguns atritos com regiões importantes, como países na América do Sul e na Europa, preocuparam, mas houve otimismo em relação à agenda com os Estados Unidos e à aproximação com a China.

>> O COMÉRCIO EXTERIOR EM 2019

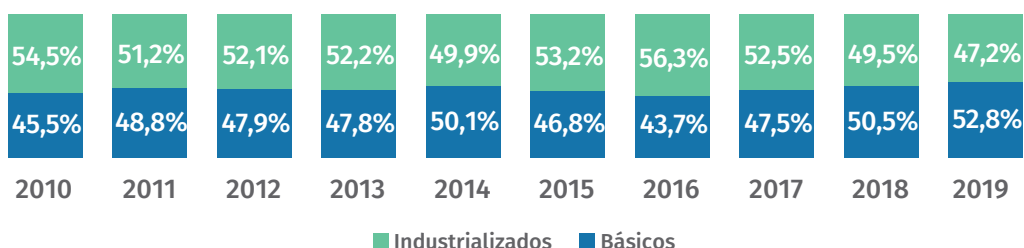
Os dados mostram queda generalizada nos fluxos de comércio do Brasil. A intensidade foi maior nas exportações (-6,6%) do que nas importações (-2,1%). O saldo comercial reduziu cerca de US\$ 12 bilhões.

Nas exportações, o destaque negativo ficou para os embarques para a Argentina, que foram reduzidos de forma significativa (US\$ 5,2 bilhões), principalmente em veículos leves, mas também em outras cadeias, como máquinas, tratores e veículos de carga. A China aparece também como destaque negativo, sobretudo pela queda pronunciada das vendas de soja após um período de “bônus” decorrente da guerra comercial. Os Estados Unidos são um dos únicos, entre os principais destinos, com aumento de exportações (2,7% ou US\$ 786 milhões), explicado pela ampliação das vendas de combustíveis.

Pelo segundo ano seguido, os embarques de bens industrializados foram menores que os de bens básicos: 48% e 52%, respectivamente, sobretudo em razão da queda das vendas para a Argentina.

GRÁFICO 5

EXPORTAÇÕES TOTAIS DO BRASIL POR FATOR AGREGADO



A perda de exportações industriais é preocupante para o país. As vendas desse setor são as que mais beneficiam a economia brasileira, com impacto positivo em empregos, salários e tributos, conforme demonstram os dados da tabela 1.

QUADRO 2		IMPACTO NA ECONOMIA DECORRENTE DA EXPORTAÇÃO DE CADA R\$ 1 BILHÃO		
	EMPREGO	MASSA SALARIAL (R\$ MILHÕES)	PRODUÇÃO (R\$ BILHÕES)	IMPOSTOS (R\$ MILHÕES)
Agricultura	28.136	272,6	2,3	135,9
Mineração	21.556	526,2	3,4	212,9
Indústria	36.004	708,1	4,4	366,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secex. Elaboração: CNI.

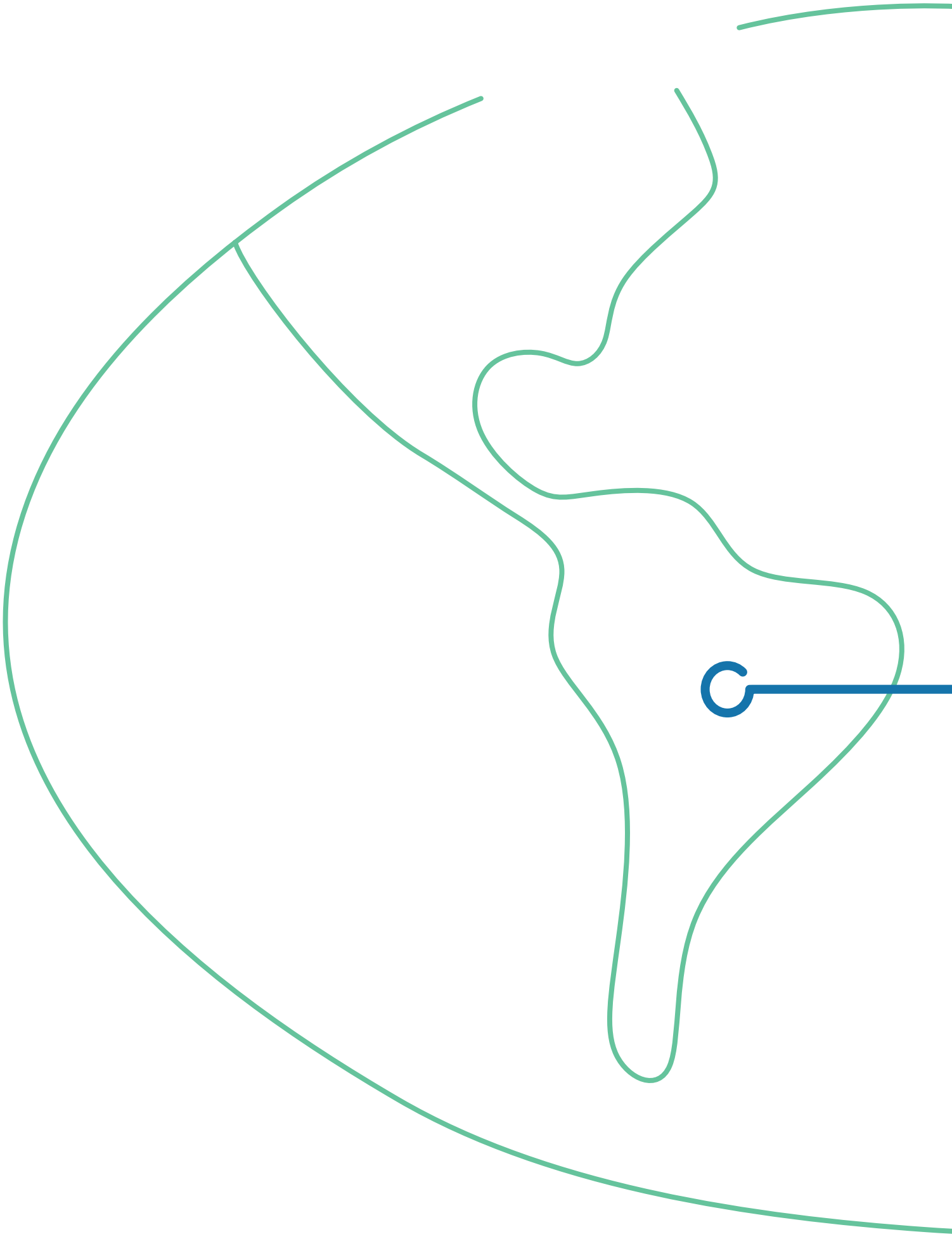
>> A EXPECTATIVA PARA 2020

O crescimento econômico deverá ser maior, em torno de 2%, porém ainda em nível aquém das aspirações do país. O crescimento mais acelerado e sustentado dependerá da capacidade de os Poderes Executivo e Legislativo aprovarem as demais reformas, principalmente as que reduzam o “custo Brasil”.

Nesse sentido, os temas e as tendências domésticas mais importantes que podem afetar a indústria em 2020 são:

CONTAS PÚBLICAS	<i>A sustentabilidade das contas públicas depende de uma reforma administrativa e orçamentária. Contudo, ainda que essas reformas sejam aprovadas, não se pode esperar restituição integral de tributos de exportação, como é o caso do aumento da alíquota do Reintegra, ou manutenção e maior fluidez aos programas de financiamento e garantias às exportações.</i>
REFORMA TRIBUTÁRIA	<i>A ambição da Reforma Tributária e da agenda de tributação nos fluxos de comércio e investimentos dará o tom do engajamento industrial à agenda de abertura comercial e pode colocar o país em situação mais isonômica na competição com seus concorrentes. Uma reforma ambiciosa pode resolver duas grandes distorções do sistema tributário: a) a acumulação de créditos tributários na exportação, que não são compensados ou restituídos; e b) a sobrecarga tributária da indústria, que paga, de forma proporcional, mais impostos que quase todos os demais setores econômicos.</i>

RELACIONAMENTO BILATERAL E POLÍTICA EXTERNA	<i>Mantêm-se as preocupações em relação à agenda regional, sobretudo com o novo governo eleito na Argentina e com possíveis impactos de embates bilaterais na internalização do ALC Mercosul-UE. O ano pode também trazer frutos mais concretos da aproximação com os Estados Unidos e a China.</i>
CONSULTAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO EMPRESARIAL	<i>A dinâmica do diálogo industrial com o Ministério da Economia ajudará a definir decisões empresariais e também o engajamento do setor na agenda de abertura. Mais consultas públicas e diálogo podem gerar mais confiança aos investidores.</i>
GOVERNANÇA DO COMÉRCIO EXTERIOR	<i>Um novo decreto prevendo decisões colegiadas foi publicado apenas em outubro de 2019 e o entendimento da nova atuação da Camex em temas cruciais – como defesa comercial, facilitação de comércio, financiamento, investimentos, promoção comercial, tarifas e tributação – ocorrerá em 2020, quando os novos comitês temáticos estiverem em funcionamento pleno.</i>

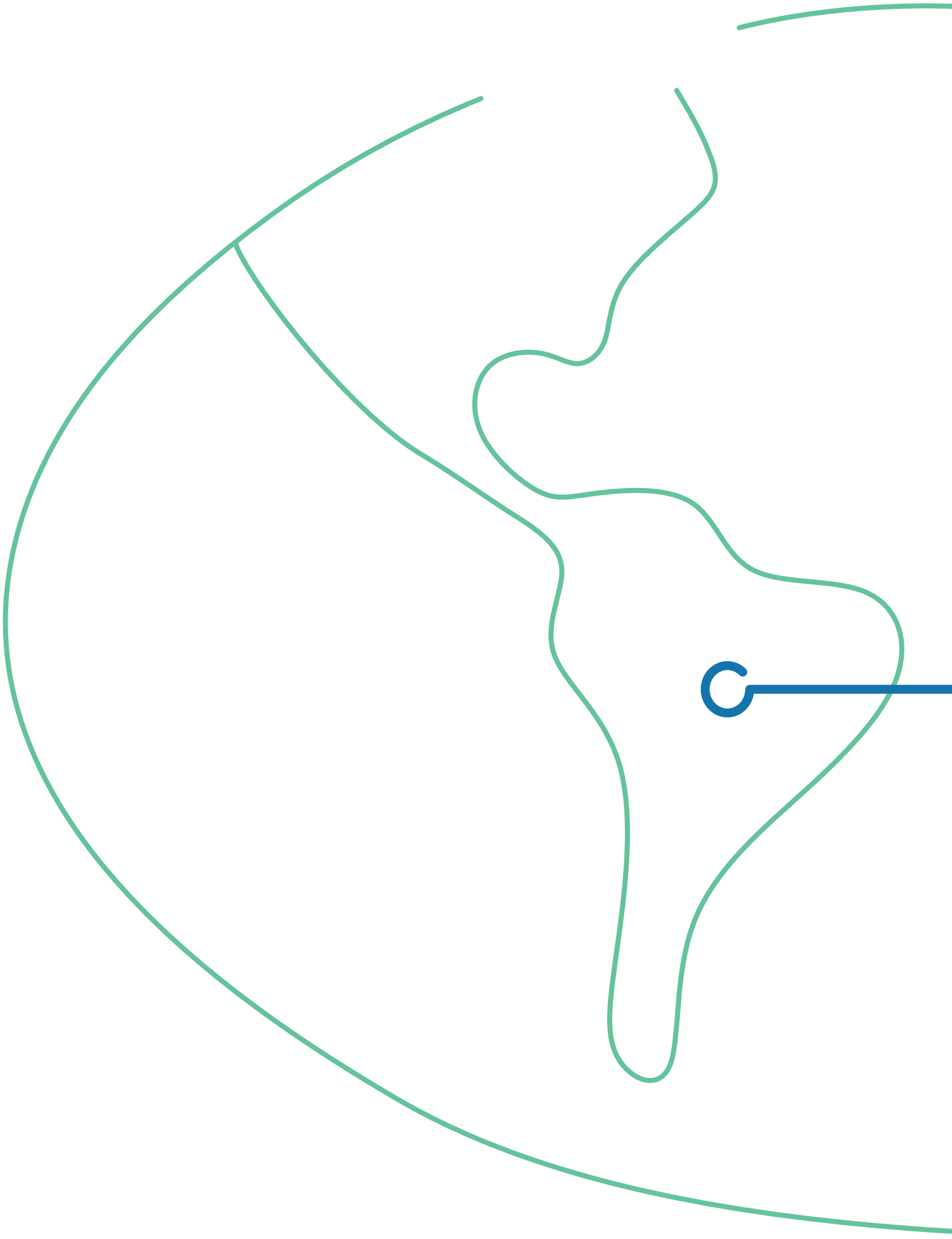


3 AÇÕES PRIORITÁRIAS 31

As dez ações prioritárias da *Agenda Internacional da Indústria 2020* foram selecionadas pela área de AI com base no critério de maior impacto para o comércio exterior brasileiro e os diferentes grupos de *stakeholders*. São as seguintes:

1	TARIFA EXTERNA COMUM	<i>Manter a defesa da abertura comercial via acordos comerciais; e, de forma alternativa, defender consulta pública prévia para a revisão da TEC e uso de metodologia que leve em conta os diferenciais de custo entre o Brasil e os seus principais concorrentes e a tarifa aplicada real, que seja sincronizada com uma agenda de reformas para a competitividade.</i>
2	MERCOSUL	<i>Defender a importância econômica do Mercosul para a indústria e o Brasil; defender as propostas para o bom funcionamento do livre comércio no Mercosul; defender as propostas para o aprofundamento da agenda econômica e comercial do bloco presentes na Agenda para o Mercosul 2019; defender o aperfeiçoamento da governança técnica e administrativa do bloco; e defender a internalização dos protocolos de Contratações Públicas e de Facilitação de Comércio do Mercosul.</i>
3	OCDE	<i>Elaborar, apresentar e defender propostas que contribuam para a acessão do Brasil à OCDE nos temas de relevância para a indústria; sensibilizar o setor privado para a importância da agenda da OCDE; monitorar a adesão a novos instrumentos e analisar seus impactos e relevância para a indústria; e defender, junto às congêneres da CNI no exterior, o apoio dos seus respectivos governos para o processo de acessão do Brasil.</i>
4	OMC	<i>Defender a importância da manutenção do sistema multilateral de comércio, sobretudo do funcionamento do Órgão de Solução de Controvérsias e de seu Órgão de Apelação; monitorar as negociações de novos acordos no âmbito da OMC; aprofundar as posições da indústria, em particular nos temas de facilitação de investimentos e comércio eletrônico; e avaliar, junto ao setor privado, a possibilidade de adesão do Brasil ao Acordo de Compras Governamentais (ACG).</i>
5	LEI DE LUCROS NO EXTERIOR	<i>Defender a revisão da Lei nº 12.973/2014 para eliminar a tributação do lucro das empresas no exterior ou, de forma alternativa, ampliar a concessão de crédito presumido de 9% para todos os setores e defender a prorrogação desse crédito e da consolidação dos resultados das empresas, de 2022 para 2030; e defender a alteração de critérios para o enquadramento de um país como regime de subtributação.</i>

6	PORTAL ÚNICO DE COMÉRCIO EXTERIOR	<i>Defender a importância do programa, a alocação de recursos financeiros para sua execução, a implantação dos novos módulos de importação e de coleta única, e a total integração dos órgãos anuentes e dos seus respectivos controles e regulamentações; e acompanhar a implantação do catálogo de produtos.</i>
7	REFORMA TRIBUTÁRIA PARA O COMÉRCIO EXTERIOR	<i>Monitorar as discussões e avaliar os impactos das propostas de Reforma Tributária para o comércio exterior; e defender a manutenção da isonomia tributária das exportações, a eliminação da cumulatividade, a melhoria na compensação de créditos tributários federais e estaduais, e a manutenção dos regimes aduaneiros especiais de Drawback, Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado (Recof) e Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped).</i>
8	GOVERNANÇA DO SISTEMA PÚBLICO DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES	<i>Defender o aprimoramento da estrutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável pelas atividades de financiamento às exportações, maior autonomia para o Banco do Brasil (BB) nas operações do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e realização de reuniões regulares do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) da Camex.</i>
9	SUBSÍDIOS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	<i>Defender a publicação e a entrada em vigor do novo decreto de medidas compensatórias, contendo os principais pontos apresentados pela indústria, sobretudo a adequação da definição de subsídios, previsão de adoção de metodologias alternativas em casos de condições anormais de comércio e mudança da definição de indústria doméstica; e sensibilizar o setor privado e o governo brasileiro sobre a importância de compreender subsídios que afetam a indústria e podem ser alvos de medidas compensatórias.</i>
10	ROTA GLOBAL	<i>Defender e apoiar a implementação da metodologia Rota Global em até 18 estados por meio do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE); automatizar o plano de internacionalização e a matriz de serviços; e assegurar a aplicação da metodologia nas parcerias estabelecidas pela CNI.</i>



4 AÇÕES DE 2020 35

Para que as empresas possam usufruir os benefícios da melhoria das políticas públicas, é preciso que elas estejam informadas sobre tais políticas e capacitadas a ingressar no mercado internacional. Por sua vez, as informações sobre entraves e dificuldades enfrentados pelas empresas no processo de internacionalização alimentam a formulação de propostas para a política comercial brasileira.

O quadro a seguir resume as prioridades para 2020 nos eixos da atuação internacional da CNI, do SENAI e do SESI: defesa de interesses em política comercial, serviços de apoio à internacionalização, ações em mercados estratégicos e cooperação internacional.

Cabe ressaltar que a CNI defende apenas propostas que estão em acordo com a Constituição Federal (CF) e com as normas internacionais às quais o Brasil aderiu, em particular os acordos do Mercosul e da OMC.

QUADRO 3

AÇÕES DE 2020

DEFESA DE INTERESSES EM POLÍTICA COMERCIAL

- *Governança do comércio exterior*
- *Acordos comerciais*
- *Barreiras em terceiros mercados*
- *Investimentos brasileiros no exterior*
- *Facilitação e desburocratização do comércio exterior*
- *Logística e infraestrutura do comércio exterior*
- *Tributação no comércio exterior*
- *Financiamento e garantias às exportações*
- *Comércio justo*

SERVIÇOS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO

- *Governança para serviços*
- *Regulação de serviços*
- *Oferta de serviços*

AÇÕES EM MERCADOS ESTRATÉGICOS

- *Índice de Mercados Estratégicos*
- *Mercados prioritários*

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- *Desenvolvimento de competências locais*
-

4.1 DEFESA DE INTERESSES EM POLÍTICA COMERCIAL

>> GOVERNANÇA DO COMÉRCIO EXTERIOR

- Objetivo

Aperfeiçoar a governança da política comercial brasileira de modo a tornar o processo decisório mais eficiente, eficaz e equilibrado nos resultados.



- Importância

O comércio exterior é uma atividade complexa cuja política pública envolve um grande número de tomadores de decisão nas administrações públicas federal, estaduais e municipais. Um processo de tomada de decisão, sobretudo no nível federal, com pouca eficiência, eficácia e equilíbrio nos resultados, tem impacto negativo significativo para os operadores privados.

- Balanço de 2019

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Novo Decreto da Camex</i> ✓ <i>Novo Decreto do Cofig</i> ✓ <i>Novo Decreto do Comitê Nacional de Investimentos (Coninv)</i> 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Estratégia Nacional de Comércio Exterior</i> ✗ <i>Novo Decreto do Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (Confac)</i> ✗ <i>Novo Decreto do Comitê de Alterações Tarifárias (CAT)</i> ✗ <i>Novo Decreto do Comitê de Defesa Comercial (Cdcom)</i> <p>Retrocedeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Extinção do Comitê Nacional de Promoção Comercial (Copcom)</i> ✗ <i>Previsão de não participação de entidades setoriais no Conex da Camex</i>

- Prioridades para 2020

1. <i>Estratégia Nacional de Comércio Exterior</i>	<i>Elaborar, apresentar e defender propostas para o Brasil adotar uma estratégia nacional de comércio exterior.</i>	
2. <i>Câmara de Comércio Exterior</i>	<i>Realizar a avaliação anual do desempenho da Camex; elaborar, apresentar e defender propostas para o aperfeiçoamento do Decreto nº 10.044/2019; e elaborar, apresentar e defender as propostas para o funcionamento da Camex.</i>	

>> ACORDOS COMERCIAIS

- Objetivo

Ampliar o acesso aos mercados externos para bens, serviços e investimentos brasileiros por meio da negociação de acordos comerciais e estimular a abertura comercial de forma equilibrada, gradual e previsível.

- Importância









Acordos comerciais são essenciais para eliminar barreiras às exportações e investimentos brasileiros no exterior, impulsionar as reformas internas, incrementar a competitividade industrial e aumentar a produtividade da economia. Os acordos também definem regras que geram mais previsibilidade e segurança jurídica ao ambiente de negócios, equalizando condições de competição em mercados estratégicos e facilitando o comércio e os investimentos.

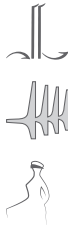

- Balanço de 2019

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conclusão do ALC Mercosul-UE. ✓ Conclusão do ALC Mercosul-EFTA. ✓ Conclusão do acordo automotivo Brasil-Argentina. ✓ Livre comércio para automóveis leves Brasil-México. ✓ Mandato negociador no Mercosul para negociações com países do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA). ✓ Retomada das negociações Mercosul-Líbano. ✓ Conclusão do Protocolo de Facilitação de Comércio no Mercosul. ✓ Revisão do mecanismo de alteração tarifária por desabastecimento no Mercosul. ✓ Aprovação do Marco Geral para as Iniciativas Facilitadoras no Mercosul. ✓ Acordo político automotivo Brasil-Paraguai. ✓ Acordo de Indicações Geográficas no Mercosul. ✓ Adiamento da decisão sobre revisão da TEC. ✓ Envio do ALC Brasil-Chile para o Congresso Nacional. ✓ Revisão do capítulo de regras de origem do acordo Mercosul-Chile. ✓ Adesão a mais instrumentos normativos da OCDE. ✓ Apoio formal dos Estados Unidos à acessão do Brasil à OCDE. ✓ Requisição de indicação de novo decreto de internalização de acordos. ✓ Renovação da moratória para transmissões eletrônicas da OMC. ✓ Início de negociação de texto de Facilitação de Investimentos na OMC nos moldes dos Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs). ✓ Início de negociações de texto em comércio eletrônico. 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ Agenda de aproximação comercial e acordos Mercosul-aliança do Pacífico. ✗ Agenda de acordos comerciais com países da América do Sul. ✗ Promulgação do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil-Peru. ✗ Negociações Brasil-México. ✗ Tramitação do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul. <p>Retrocedeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ Paralisação do Órgão de Apelação da OMC. ✗ Falta de transparência na revisão da TEC. ✗ Falta de transparência nas negociações de acordos comerciais.

- Prioridades para 2020

1. Estados Unidos	Defender o lançamento de negociações para um ALC Mercosul-Estados Unidos; acompanhar e apoiar o setor privado nas revisões do Sistema Geral de Preferências (SGP); e defender acordos temáticos regulatórios que aproximem os países de um acordo comercial amplo.	
2. Europa	Defender a assinatura e internalização, no Brasil, nos países do Mercosul e na Europa, dos ALCs Mercosul-UE e Mercosul-EFTA; e disseminar os benefícios dos acordos junto aos setores público e privado.	 
3. México	Defender a conclusão de um acordo de livre comércio ou de um acordo parcial, o mais amplo possível na cobertura de bens e que inclua regras de origem satisfatórias para a indústria e capítulos sobre barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias, compras governamentais, facilitação de comércio e serviços.	
4. Mercosul	Defender a importância econômica do Mercosul para a indústria e o Brasil; defender propostas para o bom funcionamento do livre comércio no Mercosul; defender propostas para o aprofundamento da agenda econômica e comercial do bloco presentes na Agenda para o Mercosul 2019; defender o aperfeiçoamento da governança técnica e administrativa do bloco; e defender a internalização dos protocolos de Contratações Públicas e de Facilitação de Comércio do Mercosul.	 
5. América do Sul	Defender o aprofundamento das preferências no acordo comercial com a Colômbia; defender a celebração e internalização de acordos em temas não tarifários, incluindo facilitação de comércio, serviços, iniciativas facilitadoras de comércio e compras governamentais, de forma prioritária com Colômbia e Peru; e defender a internalização dos acordos de ampliação temática já concluídos com Chile e Peru.	 
6. Outras negociações em andamento	Defender a conclusão de ALCs com Canadá e Líbano; e acompanhar e apoiar o setor privado nas negociações com Singapura e Coreia do Sul, em particular no tema de acesso a mercado de bens.	
7. Novas negociações	Defender o lançamento de negociações para ALCs com Japão, países do SICA, em especial Costa Rica e Panamá, países do norte da África e União Aduaneira Euroasiática (UEE); e acompanhar e apoiar o setor privado em potenciais negociações com países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean).	
8. Ampliação de acordos extrarregionais	Disseminar os benefícios junto ao setor privado; e defender a melhoria e ampliação dos acordos comerciais com Egito, Israel e União Aduaneira da África Austral (SACU).	

9. Tarifa Externa Comum	<p><i>Manter a defesa da abertura comercial via acordos comerciais; e, de forma alternativa, defender consulta pública prévia para a revisão da TEC e o uso de metodologia que leve em conta os diferenciais de custo entre o Brasil e os seus principais concorrentes e a tarifa aplicada real, que deve ser sincronizada com uma agenda de reformas para a competitividade.</i></p>	 
10. Mecanismos de alteração tarifária	<p><i>Defender a publicação do Decreto do CAT da Camex; defender a criação de legislação que determine rito e prazos para os processos de alteração tarifária; e defender o aumento da transparência por meio da divulgação de notas e pareceres, e pela criação de um sistema eletrônico único para acompanhamento dos processos.</i></p>	
11. Programa de ajuste	<p><i>Elaborar, apresentar e defender propostas para a criação de um programa governamental para empresas afetadas de modo negativo pela abertura comercial.</i></p>	 
12. OMC	<p><i>Defender a importância da manutenção do sistema multilateral de comércio, sobretudo do funcionamento do Órgão de Solução de Controvérsias e de seu Órgão de Apelação; monitorar as negociações de novos acordos no âmbito da OMC; aprofundar as posições da indústria, em particular nos temas de facilitação de investimentos e comércio eletrônico; e avaliar, junto ao setor privado, a possibilidade de adesão do Brasil ao ACG.</i></p>	
13. OCDE	<p><i>Elaborar, apresentar e defender propostas que contribuam para a acessão do Brasil à OCDE nos temas de relevância para a indústria; sensibilizar o setor privado para a importância da agenda da OCDE; monitorar a adesão a novos instrumentos e analisar seus impactos e relevância para a indústria; e defender, junto às congêneres da CNI no exterior, o apoio dos seus respectivos governos para o processo de acessão do Brasil.</i></p>	 
14. ONU	<p><i>Monitorar decisões que impactam e influenciam a regulação de temas relevantes para a indústria brasileira, em particular na área de saúde; e estabelecer força-tarefa do setor privado para sensibilizar os principais órgãos do governo brasileiro que tratam desses temas.</i></p>	
15. G20	<p><i>Participar e influenciar as discussões no âmbito do Business 20 (B20) em temas de interesse da indústria brasileira; sensibilizar o setor privado para a importância da agenda do B20; e defender a candidatura do Brasil à presidência do Grupo dos 20 (G20).</i></p>	

16. Internalização de acordos	<i>Defender a revisão do processo de internalização de acordos pelo Poder Executivo; e monitorar e defender a tramitação dos acordos econômicos mais relevantes para a indústria no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo, com vistas à sua aprovação célere.</i>	
17. Transparência	<i>Defender maior transparência dos principais órgãos do governo brasileiro envolvidos nas negociações internacionais para que o setor privado tenha acesso aos textos negociados e ofertas; defender a realização de consultas públicas e análises de impacto regulatório (AIR) em relação a acordos comerciais e à abertura comercial; e defender mais transparência na publicação de documentos na página eletrônica do Mercosul.</i>	

>> BARREIRAS EM TERCEIROS MERCADOS

- Objetivo

Ampliar o acesso aos mercados externos para bens, serviços e investimentos brasileiros por meio da implementação de uma estratégia público-privada para identificação, qualificação, monitoramento e remoção de barreiras impostas por terceiros mercados.

- Importância

As barreiras são um dos principais obstáculos às exportações de bens, serviços e investimentos brasileiros. As novas barreiras de sustentabilidade, ambientais e sociais, juntaram-se às tradicionais barreiras não tarifárias, ampliando a necessidade de coordenação e ação inter-governamental no tema.

- Balanço de 2019

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhorias no Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações (SEM Barreiras), incluindo a eliminação da necessidade de certificado digital. ✓ Registro de novas barreiras do SEM Barreiras. ✓ Novo decreto do Comitê Gestor do SEM Barreiras. 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ Criação do Grupo de Trabalho de Barreiras na Camex. ✗ Participação do setor privado nos comitês de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) e Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) da OMC.

- Prioridades para 2020

1. Sensibilização do setor privado	<i>Sensibilizar o setor privado com o intuito de identificar novos entraves às exportações e aos investimentos brasileiros no exterior.</i>	
2. Qualificação de barreiras	<i>Qualificar, pelo menos, 20 novas barreiras identificadas pelo setor privado, por meio de análise técnica e legal, e registrá-las no SEM Barreiras.</i>	
3. SEM Barreiras	<i>Defender a utilização do SEM Barreiras por todos os órgãos de governo relevantes nesse tema; realizar a avaliação anual do sistema; e apresentar e defender melhoria na ferramenta.</i>	
4. Cooperação regulatória	<i>Sensibilizar o setor privado com o intuito de promover maior utilização dos instrumentos de cooperação regulatória; e defender a ampliação das iniciativas facilitadoras de comércio com mercados estratégicos para a indústria.</i>	
5. Mecanismos governamentais bilaterais	<i>Identificar e incluir os pleitos de superação de barreiras às exportações e aos investimentos nos diálogos bilaterais coordenados pelo governo brasileiro, em particular com mercados estratégicos para a indústria.</i>	
6. Comitês da OMC	<i>Monitorar os trabalhos dos comitês TBT e SPS; elaborar propostas de Preocupações Comerciais Específicas (PCEs) para o governo brasileiro; e realizar capacitação do secretariado dos comitês com o setor privado, no Brasil.</i>	
7. Novas barreiras	<i>Elaborar e apresentar estudo sobre barreiras ligadas à sustentabilidade, ambiental e social, e sensibilizar o setor privado para sua importância.</i>	
8. Adidos de Economia	<i>Defender a criação da função do Adido de Economia para atuação em mercados estratégicos para a indústria.</i>	

>> INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

- Objetivo

Formular e defender medidas que aprimorem o quadro regulatório e aumentem a competitividade das operações de empresas brasileiras fora do país e, de forma complementar, estimulem os investimentos estrangeiros no Brasil.






- Importância

O investimento das empresas brasileiras no exterior é uma atividade estratégica para a inserção do Brasil nos mercados globais e para o aumento da competitividade interna ao estimular a exportação, a inovação e a produtividade. Além disso, há crescente necessidade de atração de investimentos estrangeiros para apoiar a retomada do crescimento econômico do país.

- Balanço de 2019

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138/2017 (Lei de Expatriados) no Senado Federal.</i> ✓ <i>Publicação da Instrução Normativa (IN) nº 1.870/2019, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), que altera as normas para ajustes em preços de transferência.</i> ✓ <i>Conclusão do Acordo para Evitar Dupla Tributação (ADT) com o Uruguai.</i> ✓ <i>Envio do ADT com a Suíça para o Congresso Nacional.</i> ✓ <i>Promulgação do Acordo Previdenciário com a Coreia do Sul.</i> ✓ <i>Promulgação do Acordo Previdenciário com Quebec.</i> ✓ <i>Promulgação do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (PCFI) do Mercosul.</i> ✓ <i>Conclusão de ACFI com Equador.</i> ✓ <i>Conclusão do ACFI com os Emirados Árabes Unidos.</i> ✓ <i>Reinstituição de vistos de turismo para Austrália, Canadá, Japão e Estados Unidos.</i> 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Alteração da Lei de Lucros no Exterior.</i> ✗ <i>Flexibilização do Código de Conduta do Ministério das Relações Exteriores (MRE).</i> ✗ <i>Criação de mecanismo de garantias para cobertura de riscos aos investimentos brasileiros no exterior.</i> ✗ <i>Aprimoramento dos temas de salvaguardas, comissões, conceito de similaridade e agrupamento de produtos na legislação de preços de transferência.</i> ✗ <i>Lançamento de negociações de ADTs com Alemanha, Colômbia, Estados Unidos e Reino Unido.</i>

- Prioridades para 2020

<p>1. <i>Lei de Lucros no Exterior</i></p>	<p><i>Defender a revisão da Lei 12.973/14 para eliminar a tributação do lucro das empresas no exterior ou, de forma alternativa, ampliar a concessão de crédito presumido de 9% para todos os setores e defender a prorrogação desse crédito e da consolidação dos resultados das empresas, de 2022 para 2030; e defender a alteração de critérios para o enquadramento de um país como regime de subtributação.</i></p>	
<p>2. <i>Lei de Expatriados</i></p>	<p><i>Defender a aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 3.801/19 (antes Projeto de Lei do Senado 138/17).</i></p>	
<p>3. <i>Preços de transferência</i></p>	<p><i>Defender a revisão da legislação sobre preços de transferência para aprimorar pontos como salvaguardas, commodities, conceito de similaridade e impactos da variação cambial; e defender alterações na legislação, no âmbito do processo de acesso do Brasil à OCDE, sem resultar em prejuízos para as empresas multinacionais brasileiras.</i></p>	
<p>4. <i>IOF nos investimentos</i></p>	<p><i>Apresentar e defender proposta de alteração do Decreto 6.306/07 para reduzir a zero as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) incidentes sobre a remessa e o retorno de recursos ao exterior referentes a aquisição de empresas no exterior e ao empréstimo por empresas brasileiras a empresas no exterior do mesmo grupo.</i></p>	
<p>5. <i>Acordos para Evitar Dupla Tributação</i></p>	<p><i>Defender a negociação de novos ADTs, de forma prioritária, com Alemanha, Austrália, Colômbia, Estados Unidos, Paraguai e Reino Unido; defender a revisão de ADTs com África do Sul, Chile, China, França, Índia, Japão, Luxemburgo, México, Países Baixos, Peru e Turquia, para reduzir a carga tributária incidente sobre operações de royalties, juros, dividendos e ganhos de capital, nos moldes da OCDE; defender mudanças na postura negociadora de ADTs pelo Brasil, sobretudo para eliminar a tributação na fonte de serviços que não envolvem transferência de tecnologia; e defender a aprovação de ADTs pelo Congresso Nacional, em particular com a Suíça.</i></p>	

6. Acordos Previdenciários	<p><i>Defender a negociação de novos Acordos Previdenciários com África do Sul, Áustria, China, Colômbia, Egito, Emirados Árabes Unidos, México, Países Baixos, Panamá e República Dominicana; defender a internalização do acordo multilateral ente países de língua portuguesa; defender a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Acordo Previdenciário com a Suíça; defender a revisão dos acordos existentes com Alemanha, Bélgica, França, Itália e demais países ibero-americanos e do Mercosul, elevando para cinco anos o período de cobertura do deslocamento de funcionários; e concluir o processo de assinatura do acordo com a Índia.</i></p>	
7. Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos	<p><i>Defender a reformulação e aprimoramento do modelo de ACFI para a celebração de acordos com as principais economias mundiais; defender a internalização dos ACFIs com Chile, Colômbia, Maláui, Moçambique e Peru; e disseminar os benefícios dos ACFIs para as multinacionais brasileiras.</i></p>	
8. Acordos de Vistos	<p><i>Elaborar, apresentar e defender propostas para celebração e aprimoramento de acordos bilaterais de vistos de negócios, de trabalho e de investidor, de forma prioritária, com Alemanha, países da Aliança do Pacífico, países do BRICS, Estados Unidos, França, Japão, países do Mercosul e Reino Unido.</i></p>	
9. Garantias aos investimentos	<p><i>Apresentar e defender proposta legislativa para a criação de seguro de crédito para cobertura de riscos políticos e extraordinários de investimentos brasileiros no exterior.</i></p>	
10. Sensibilização do governo	<p><i>Sensibilizar o governo brasileiro sobre a importância da internacionalização produtiva para as empresas e para a economia nacional.</i></p>	
11. Coninv	<p><i>Defender a inclusão da representação do setor privado no Coninv da Camex; e apresentar agenda de prioridades de política pública para atração de investimentos para o Brasil e promoção de investimentos brasileiros no exterior.</i></p>	
12. Código de Conduta	<p><i>Defender a flexibilização do Código de Conduta do MRE no que diz respeito às cláusulas que podem representar restrições ao apoio diplomático às empresas brasileiras no exterior.</i></p>	

>> FACILITAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

- Objetivo

Intensificar a adoção de medidas para desburocratização, facilitação e modernização dos processos do comércio exterior brasileiro para ampliar a integração do país às cadeias globais de valor e aos fluxos do comércio internacional.

- Importância

A burocracia alfandegária figura entre os três principais obstáculos ao aumento da participação de empresas e produtos de maior valor agregado no comércio global, bem como da competitividade das exportações brasileiras. A melhoria do ambiente interno de negócios, por meio da desburocratização, da facilitação e modernização dos processos, é essencial para reduzir o tempo e os custos nas operações de comércio exterior.

- Balanço de 2019

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Redução do tempo necessário para exportar, de 13 dias para 6,4 dias. ✓ Consolidação do novo processo de exportação do Portal Único de Comércio Exterior por meio da Declaração Única de Exportação (DU-E). ✓ Integração do regime de Drawback com a DU-E. ✓ Lançamento de projeto-piloto para novo controle de carga e trânsito no modal de transporte aéreo. ✓ Regulamentação do despacho sobre águas para Operadores Econômicos Autorizados (OEA). ✓ Lançamento de projeto-piloto de OEA-Integrado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). ✓ Início da implantação do gerenciamento de risco pela Anvisa, pelo Inmetro e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). ✓ Conclusão dos Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARMs) com China e Mercosul. ✓ Adoção de boas práticas regulatórias pelo Inmetro. ✓ Aprovação da Convenção de Quioto Revisada pelo Congresso Nacional. 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ Novo processo de importação do Portal Único de Comércio Exterior por meio da Declaração Única de Importação (DUIMP). ✗ Cancelamento e retificação de Declaração de Importação (DI). ✗ Novo controle de carga e trânsito para modais de transporte marítimo e terrestre. ✗ Não lançamento do projeto-piloto de OEA-Integrado com o Exército. ✗ Coleta única de encargos, taxas e contribuições. ✗ Melhoria nos prazos de resposta de consultas antecipadas à RFB. ✗ Implantação do mecanismo de consultas antecipadas pelos órgãos anuentes. ✗ Revisão das desproporcionalidades e ilegalidades de taxas e encargos. <p>Retrocedeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ Interrupção do desenvolvimento e das entregas da implantação do Portal Único de Comércio Exterior em razão de restrição orçamentária. ✗ Extinção e não recriação do Confac da Camex. ✗ Não priorização da Agenda Regulatória de Comércio Exterior.

- Prioridades para 2020

1. Portal Único de Comércio Exterior	<i>Defender a importância do programa, a alocação de recursos financeiros para sua execução, a implantação do novo módulo de importação e de coleta única, e a total integração dos órgãos anuentes e seus respectivos controles e regulamentações; e acompanhar a implantação do catálogo de produtos.</i>	
2. Operador Econômico Autorizado	<i>Defender a importância do programa, a alocação de recursos financeiros para sua execução, a melhoria dos benefícios, a plena integração dos órgãos anuentes e a negociação e conclusão dos ARMs de OEA com países do BRICS, Estados Unidos, México, Japão e UE.</i>	
3. Gerenciamento de risco	<i>Apresentar diagnóstico e defender melhorias no gerenciamento de risco da Anvisa, do Ibama, do Inmetro e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).</i>	
4. Taxas, encargos e obrigações	<i>Defender a eliminação das incompatibilidades jurídicas com as normas nacionais e internacionais de taxas e encargos exigidos no comércio exterior brasileiro.</i>	
5. Consulta antecipada	<i>Defender a melhoria nos prazos de mecanismo e promover a elaboração de diretrizes comuns para regulação da consulta antecipada junto aos órgãos anuentes.</i>	
6. Comércio eletrônico	<i>Elaborar, apresentar e defender propostas de políticas públicas que incorporem as necessidades do comércio digital da indústria.</i>	
7. Coordenação entre órgãos de fronteira	<i>Defender a adoção de medidas para a coordenação e o gerenciamento eficaz dos controles entre órgãos de fronteira.</i>	
8. Boas práticas regulatórias no comércio exterior	<i>Monitorar e defender a adoção de boas práticas regulatórias pelos órgãos anuentes do comércio exterior brasileiro, incluindo a adoção de certificados sanitários e fitossanitários digitais, e a continuidade da Agenda Regulatória de Comércio Exterior.</i>	
9. Acordos internacionais	<i>Defender a adesão e internalização dos acordos internacionais estabelecidos pela Organização Mundial das Aduanas (OMA) e pelo Mercosul.</i>	
10. Confac	<i>Defender a organização de reuniões periódicas do Confac da Camex incluindo a participação do setor privado; e apresentar e defender propostas para implementar, com qualidade, o Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) da OMC.</i>	

>> LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR

- Objetivo

Aumentar a participação de empresas e produtos brasileiros de maior valor agregado no comércio global por meio de um ambiente logístico eficiente.





- Importância



Os principais entraves para o melhor desempenho do comércio exterior brasileiro são as deficiências nas áreas de logística e infraestrutura, e as elevadas tarifas cobradas por portos e aeroportos. Os custos do transporte doméstico e internacional também constam entre os obstáculos. Assim, a adoção de políticas e medidas voltadas a coibir práticas e custos abusivos têm impacto positivo direto nos preços e na competitividade dos produtos exportados pelo Brasil.

- Balanço de 2019

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Aperfeiçoamento na regulação e fiscalização das práticas dos usuários e armadores no transporte marítimo por meio da Resolução nº 18/2018, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).</i> ✓ <i>Elaboração de estudo pela Antaq para harmonização das rubricas de preços praticados pelos terminais portuários e armadores.</i> ✓ <i>Decreto nº 10.121/2019 confirmando a não renovação do acordo de reserva de carga entre Brasil e Chile.</i> 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Denúncia do acordo de reserva de carga entre Brasil e Argentina.</i> ✗ <i>Denúncia do acordo de reserva de carga entre Brasil e Uruguai.</i> ✗ <i>Eliminação da tarifa de escaneamento de contêineres.</i>

- Prioridades para 2020

1. Conselho de Usuários de Transporte Marítimo	Lançar o Conselho de Usuários de Transporte Marítimo; e elaborar, apresentar e defender propostas para conferir maior equilíbrio nas relações entre embarcadores e terminais portuários e armadores.	
2. Tarifas cobradas por terminais portuários e armadores	Defender a atuação da Antaq para coibir a cobrança de tarifas abusivas por terminais portuários e armadores, em particular a tarifa de escaneamento de contêineres.	
3. Acordos de reserva de carga	Defender a denúncia dos acordos de reserva de carga com Argentina e Uruguai.	
4. Custos aeroportuários	Apresentar e defender propostas sobre melhorias de tempo e custo para modalidade aérea no comércio exterior; e defender a atuação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para coibir a cobrança de tarifas abusivas por administradoras de aeroportos.	

5. Acordos de “Céus Abertos”	<i>Defender a ampliação das liberdades nos Acordos de “Céus Abertos” com Alemanha, China, Coreia do Sul, Estados Unidos e Reino Unido.</i>	
6. Integração dos controles de carga e trânsito	<i>Monitorar e defender medidas para integração dos controles de carga e trânsito de bens no fluxo internacional ao Portal Único de Comercio Exterior, para todos as modalidades de transporte.</i>	

>> TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR

- Objetivo

Reduzir a carga tributária, simplificar a tributação sobre as operações de comércio exterior e assegurar a imunidade tributária das exportações para garantir isonomia e ampliar a competitividade dos produtos e serviços brasileiros no mercado internacional.

- Importância

A complexa e elevada carga tributária sobre o comércio exterior, composta por seis tributos, corresponde ao dobro da existente em outras economias. A cumulatividade desses tributos ao longo da cadeia produtiva gera aumento de custos para as empresas brasileiras, que acabam exportando os embutidos no preço de seus produtos e serviços, reduzindo a competitividade do país nos mercados externos.

- Balanço de 2019

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Retorno da não cobrança de IOF-Câmbio nas receitas decorrentes de exportação quando internalizadas no Brasil.</i> ✓ <i>Redução dos requisitos para habilitação no Recof e no Recof-Sped por meio da IN nº 1.904/2019 da RFB.</i> ✓ <i>Redução da alíquota de Importo de Renda (IR) para 0% nas comissões pagas a agentes no exterior nas exportações de serviços.</i> 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Ampliação da alíquota do Reintegra.</i> ✗ <i>Utilização ampla dos créditos acumulados de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) por exportadores.</i> ✗ <i>Eliminação dos custos de capatazia do valor aduaneiro.</i> ✗ <i>Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) no Drawback Isenção.</i> ✗ <i>Ampliação da isenção de ICMS nos regimes aduaneiros especiais de Drawback, Recof e Recof-Sped.</i> ✗ <i>Implementação do Drawback Contínuo.</i> ✗ <i>Inclusão do setor de serviços industriais no regime de Zona de Processamento de Exportação (ZPE).</i> ✗ <i>Aprimoramento do conceito de exportações de serviços para não incidência indevida de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).</i>

- Prioridades para 2020

1. Reforma Tributária para o comércio exterior	Monitorar as discussões e avaliar os impactos das propostas de Reforma Tributária para o comércio exterior; e defender a manutenção da isonomia tributária das exportações, eliminação da cumulatividade, melhoria na compensação de créditos tributários federais e estaduais, e manutenção dos regimes aduaneiros especiais de Drawback, Recof e Recof-Sped.	
2. Reintegra	Defender a manutenção do Reintegra e a elevação da alíquota para 3% enquanto não houver Reforma Tributária que elimine os resíduos tributários nas exportações.	
3. Compensação de créditos tributários estaduais	Defender a eliminação de limitações à utilização dos créditos acumulados de ICMS pelos exportadores.	
4. Capatazia	Defender a retirada do custo de descarga nacional da mercadoria (capatazia) da composição do valor aduaneiro na base de cálculo do Imposto de Importação (II).	
5. Regimes aduaneiros especiais: Drawback, Recof, Recof-Sped e ZPE	Apresentar e defender propostas de aperfeiçoamento dos regimes aduaneiros especiais, incluindo a implementação do Drawback Contínuo, a isenção do AFRMM em todas as modalidades de Drawback, a isenção do ICMS para o Drawback Isenção, Recof e Recof-Sped, e o aprimoramento do modelo de ZPEs; e elaborar, apresentar e defender propostas para a criação de regime aduaneiro especial de Drawback Serviços.	
6. Tributação na importação de serviços	Defender a redução da carga tributária na importação de serviços, incluindo a não incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre remessa ao exterior relacionada ao pagamento de serviços que não resultam em transferência de tecnologia e o estabelecimento de novos critérios de dedutibilidade das despesas incorridas na importação de serviços que resultam em transferência de tecnologia.	
7. Tributação na exportação de serviços	Defender o aprimoramento da definição de exportação de serviços para reduzir a insegurança jurídica e a discricionariedade na interpretação da legislação.	
8. Tributação da economia digital no comércio exterior	Monitorar as discussões internacionais; sensibilizar o setor privado sobre o tema; e defender o aprimoramento das normas brasileiras para eliminar o conflito de competência entre União, estados e municípios.	
9. Preços de transferência	Monitorar e influenciar o processo de implementação do projeto da OCDE com a RFB para aproximar as normas brasileiras de preços de transferência das práticas internacionais.	

>> FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES

- Objetivo

Preservar, fortalecer e modernizar o sistema público de financiamento e garantias às exportações do Brasil para assegurar que as empresas brasileiras possam competir em condições de igualdade com seus concorrentes no comércio internacional.




- Importância

As empresas apoiadas por instrumentos públicos de financiamento chegam a exportar quase 15% a mais, ampliam seus mercados em até 70% e aumentam seu número de funcionários em até 10%. Programas similares são adotados em mais de 90 países e têm tido cada vez mais protagonismo na política comercial das principais economias.

- Balanço de 2019

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Ampliação do orçamento do Proex Equalização, assegurando seu funcionamento em 2019.</i> 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Maior agilidade na aprovação das operações do BNDES Exim.</i> ✗ <i>Ampliação do portfólio de produtos da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF).</i> ✗ <i>Centralização dos instrumentos de financiamento em uma única agência de créditos às exportações.</i> <p>Retrocedeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Suspensão do Proex Equalização entre janeiro e fevereiro de 2019.</i> ✗ <i>Redução da área de comércio exterior do BNDES a um subdepartamento.</i> ✗ <i>Redução na frequência das reuniões do Cofig da Camex.</i> ✗ <i>Anúncio da privatização da ABGF e redução da sua autonomia para operar o Seguro de Crédito à Exportação (SCE).</i>

- Prioridades para 2020

1. Sensibilização do governo	<i>Defender a importância, para o setor privado, da preservação, do aprimoramento e fortalecimento dos instrumentos públicos de financiamento e garantias às exportações.</i>	
2. Governança do sistema público de financiamento e garantias às exportações	<i>Monitorar o processo de reforma do sistema público de financiamento às exportações e apresentar propostas e recomendações prioritárias para a indústria.</i>	
3. Instrumentos públicos de financiamento às exportações	<i>Defender a previsibilidade e regularidade nos recursos do Proex Equalização e Proex Financiamento disponibilizados ao longo do ano, e maior agilidade na aprovação do financiamento do BNDES Exim Pós-Embarque.</i>	
4. Instrumentos públicos de garantias às exportações	<i>Monitorar os desdobramentos da privatização da ABGF; e elaborar, apresentar e defender as propostas sobre a gestão dos instrumentos de garantias às exportações.</i>	
5. Instrumentos privados de financiamento e garantias às exportações	<i>Elaborar, apresentar e defender propostas sobre a complementaridade dos instrumentos privados e públicos de financiamento e garantias às exportações.</i>	
6. Arranjo de Créditos à Exportação da OCDE	<i>Defender a adesão do Brasil ao Arranjo sobre Diretrizes para Créditos Oficiais à Exportação da OCDE e fomentar a participação ativa do governo brasileiro no processo de revisão do acordo.</i>	

>> COMÉRCIO JUSTO

- Objetivo

Promover o cumprimento das regras da OMC que visam equilibrar as condições de concorrência no mercado internacional e combater o comércio desleal (práticas de *dumping* e subsídios) em defesa da indústria e dos empregos no país.

- Importância

A garantia do comércio justo traz isonomia competitiva e resguarda a indústria doméstica de práticas que afetam, em alguns casos, a produção interna e, em outros, o acesso a mercado de exportações do Brasil.

- Balanço de 2019

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Retomada da segurança jurídica no sistema de defesa comercial. ✓ Publicação do Guia Processual de Defesa Comercial e Interesse Público. ✓ Publicação do Guia Material de Defesa Comercial e Interesse Público. ✓ Encerramento do painel na OMC sobre China como economia de mercado, com derrota chinesa sobre o tema. ✓ Consolidação da prática brasileira de inversão do ônus da prova em investigações <i>antidumping</i> contra a China. ✓ Comunicação direta ao setor privado sobre início e avanços nas investigações de defesa comercial contra exportadores brasileiros. ✓ Reconhecimento pelo Painel 529 da OMC sobre condições especiais de mercado em investigações <i>antidumping</i>. 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Regulamentação das investigações antidumping para indústrias fragmentadas.</i> ✗ <i>Publicação do novo decreto de subsídios e medidas compensatórias.</i> ✗ <i>Publicação do novo decreto de salvaguardas.</i> <p>Retrocedeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Não realização de consulta pública antes da publicação e entrada em vigor de nova norma e guias de análise de interesse público.</i> ✗ <i>Paralisação do Órgão de Apelação do Sistema de Solução de Controvérsias da OMC.</i>

- Prioridades para 2020

<p>1. <i>Segurança jurídica nas análises de interesse público</i></p>	<p><i>Defender nova publicação do Guia Processual e do Guia Material de Avaliação de Interesse Público em investigações de defesa comercial, após a conclusão da consulta pública, contendo os principais pontos apresentados pela indústria, sobretudo em relação à transparência e fundamentação das decisões de interesse público.</i></p>	
<p>2. <i>Apoio aos exportadores brasileiros</i></p>	<p><i>Defender a existência de convênios de cooperação entre a Subsecretaria de Defesa Comercial (SDCOM) do Ministério da Economia, do MRE, da RFB e dos órgãos relevantes de apoio ao exportador nos âmbitos federal e estaduais; a institucionalização da prática de comunicação direta entre os postos diplomáticos no exterior e a SDCOM para casos de defesa comercial; a comunicação à CNI de abertura de investigações de dumping, subsídios e salvaguardas contra a indústria doméstica; a existência de uma instância na Camex que articule os órgãos participantes do sistema de apoio ao exportador para agirem com celeridade no auxílio ao setor privado; e a mudança do Código Tributário Nacional (CTN) para dar flexibilidade ao fornecimento de informações confidenciais no âmbito de investigações de defesa comercial.</i></p>	 
<p>3. <i>Antidumping para indústrias fragmentadas</i></p>	<p><i>Defender a publicação de novo roteiro para setores fragmentados, admitindo a utilização de dados secundários e outras flexibilidades na petição inicial de investigação de defesa comercial.</i></p>	
<p>4. <i>Subsídios e medidas compensatórias</i></p>	<p><i>Sensibilizar o setor privado e o governo brasileiro sobre a importância de compreender subsídios que afetam a indústria e podem ser alvo de medidas compensatórias; e defender a publicação e a entrada em vigor do novo decreto de subsídios e medidas compensatórias, contendo os principais pontos apresentados pela indústria, sobretudo a adequação da definição de subsídios, a previsão de adoção de metodologias alternativas em casos de condições anormais de comércio e a mudança da definição de indústria doméstica.</i></p>	

5. Economias não predominantemente de mercado	<i>Acompanhar o contencioso na OMC sobre China Economia de Mercado (DS 516) e notificar o setor empresarial sobre suas implicações para as investigações de dumping no Brasil; acompanhar a legislação brasileira referente ao tema, propondo recomendações para o seu aprimoramento de modo que a decisão da OMC seja cumprida; e analisar o funcionamento de outras economias não de mercado e defender que o Brasil não celebre ALCs ou as reconheça, de forma automática, como economias de mercado.</i>	
6. Salvaguardas	<i>Defender a publicação e a entrada em vigor do novo decreto de salvaguardas, contendo os principais pontos apresentados pela indústria, sobretudo a definição de indústria doméstica, flexibilidade para indústrias fragmentadas, flexibilidade para apresentação de informações complementares e exigência de motivação em determinações negativas.</i>	
7. Contenciosos na OMC	<i>Monitorar e comunicar ao setor privado os desdobramentos dos casos em que o Brasil é parte demandante ou demandada; e monitorar casos com potenciais efeitos adversos na interpretação de regras multilaterais que possam ter impacto positivo ou negativo para a indústria.</i>	
8. Guerra comercial	<i>Acompanhar, avaliar e notificar impactos para o setor privado brasileiro da evolução da guerra comercial entre Estados Unidos e China e das demais medidas unilaterais do governo dos Estados Unidos e eventuais contramedidas.</i>	
9. Tribunal do Mercosul	<i>Elaborar, apresentar e defender proposta de melhoria do sistema de solução de controvérsias no âmbito do Mercosul; e defender possíveis casos no tribunal para garantir o livre comércio no Mercosul.</i>	

4.2 SERVIÇOS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO

>> GOVERNANÇA PARA SERVIÇOS

- Objetivo

Aprimorar a governança entre instituições públicas e privadas na prestação de serviços de apoio à internacionalização de empresas brasileiras para tornar o portfólio ofertado mais eficiente e eficaz, e manter e ampliar a oferta de serviços pela CNI por meio de parcerias com outras organizações.

- Importância

A internacionalização é uma estratégia desafiadora para os micros, pequenos e médios negócios. Para apoiá-los a percorrer esse caminho e impulsioná-los ao mercado internacional, diversas instituições públicas e privadas no Brasil oferecem diferentes serviços de apoio à internacionalização. Contudo, a grande variedade de serviços ofertados torna-se mais um entrave para as empresas brasileiras, que não entendem, de forma clara, quais são as soluções mais eficazes para seu negócio.

- Balanço de 2019

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Assinatura do protocolo de intenções entre o Ministério da Economia, o MRE, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a CNI, para a implementação da metodologia Rota Global em âmbito nacional por meio do PNCE.</i> ✓ <i>Renovação da parceria entre a Apex-Brasil e a CNI para ações de promoção de negócios.</i> ✓ <i>Renovação da parceria entre o Sebrae e a CNI para ações de capacitação empresarial.</i> 	<p>Retrocedeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Extinção do Copcom da Camex.</i>

- Prioridades para 2020

1. Rota Global	<i>Defender e apoiar a implementação da metodologia Rota Global em até 18 estados por meio do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE); automatizar o plano de internacionalização e a matriz de serviços; e assegurar a aplicação da metodologia nas parcerias estabelecidas pela CNI.</i>	
2. Copcom	<i>Defender a recriação do Copcom da Camex com a participação do setor privado.</i>	
3. Parceria com a Apex-Brasil	<i>Executar a parceria entre a Apex-Brasil e a CNI para promoção de negócios; defender a incorporação do Programa de Qualificação para Exportação (Peiex) à metodologia Rota Global; e defender a alteração dos requisitos de execução do Peiex.</i>	
4. Parceria com o Sebrae	<i>Executar a parceria entre o Sebrae e a CNI para capacitação empresarial e ações de prospecção de mercados.</i>	
5. Parceria com a CNA	<i>Estabelecer parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para atividades conjuntas de apoio à internacionalização do agronegócio utilizando a metodologia Rota Global.</i>	
6. Parceria para adequação de embalagens para exportação	<i>Identificar parceiro e iniciar negociação com foco na adequação de embalagens para exportação.</i>	
7. Outras parcerias	<i>Identificar outros parceiros, nacionais e internacionais, para cooperar na prestação de serviços de apoio à internacionalização das empresas brasileiras e na melhoria da governança para esses serviços.</i>	

>> REGULAÇÃO DE SERVIÇOS

- Objetivo

Promover o aperfeiçoamento contínuo das normas, políticas, medidas, práticas e sistemas dos serviços de apoio à internacionalização de empresas regulados pelo governo brasileiro.





- Importância

A facilitação de comércio é uma prioridade para a indústria. Nesse sentido, o governo brasileiro desempenha importante papel na regulação, harmonização e fiscalização de alguns dos serviços de apoio à internacionalização de empresas, em particular aqueles relacionados à emissão de documentos aduaneiros. Além disso, o governo brasileiro provê incentivos a alguns desses serviços.

- Balanço de 2019

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Implantação da assinatura eletrônica no Certificado de Origem Digital (COD) para Argentina, Uruguai e Paraguai.</i> ✓ <i>Utilização exclusiva de CODs com a Argentina e o Uruguai.</i> ✓ <i>Inclusão de cláusula relacionada ao Carnê de Admissão Temporária (ATA Carnet) no ALC Mercosul-UE.</i> ✓ <i>Capacitação sobre ATA Carnet dos recintos alfandegados pela RFB.</i> ✓ <i>Obrigatoriedade de registro, pelos agentes aduaneiros, de operações amparadas pelo ATA Carnet, de acordo com a Portaria nº 48/2019 da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana).</i> ✓ <i>Publicação de decisão do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) sobre dispensa da Guia de Liberação da Mercadoria Estrangeira (GLME) nas operações amparadas pelo ATA Carnet.</i> 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Publicação de Resolução da Camex sobre inexigibilidade de licenciamento e procedimentos específicos pelos órgãos anuentes nas operações amparadas pelo ATA Carnet.</i> ✗ <i>Participação ativa da RFB no comitê da OMA responsável pela discussão sobre a implantação do e-ATA.</i>

- Prioridades para 2020

1. Certificado de Origem Digital	<i>Defender a utilização exclusiva da assinatura eletrônica de CODs para o Paraguai e o início de novos projetos-piloto para troca de CODs com Colômbia e Chile; defender efetiva fiscalização das entidades brasileiras emissoras de CODs; e monitorar as negociações do capítulo sobre regime de origem dos acordos comerciais do Brasil e do Mercosul.</i>	
2. Carnê de Admissão Temporária	<i>Defender a simplificação e harmonização dos procedimentos para operações amparadas pelo ATA Carnet e a inexigibilidade de licenciamento e procedimentos específicos pelos órgãos anuentes; elaborar, apresentar e defender propostas sobre a adesão de novos países ao Sistema ATA, inclusive por meio de acordos comerciais, e de novos anexos da Convenção de Istambul pelo Brasil; defender a implementação do e-ATA no Brasil; e analisar boas práticas internacionais para incorporação à operação do ATA Carnet pela CNI e RFB.</i>	
3. Certificado de Livre Venda	<i>Elaborar, apresentar e defender propostas sobre a regulação e emissão do Certificado de Livre Venda (CLV).</i>	
4. Sisprom	<i>Elaborar, apresentar e defender propostas para o aprimoramento do Sistema de Registro de Informações de Promoção (Sisprom).</i>	

>> OFERTA DE SERVIÇOS

- Objetivo

Ofertar um portfólio de serviços de apoio à internacionalização eficiente e pertinente às empresas brasileiras com foco na recuperação de despesas pela CNI e no cofinanciamento da oferta por parceiros nacionais e internacionais.

- Importância

Empresas em processo de internacionalização demandam distintos serviços de apoio com o objetivo de promover a qualificação do negócio, identificação de mercados e clientes, acesso facilitado a esses mercados e adaptação de produtos. As instituições públicas e privadas têm papel relevante na oferta desses serviços para ampliar a base de empresas exportadoras e importadoras brasileiras.

- Balanço de 2019

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realização de 105.337 atendimentos pela CNI e Federações das Indústrias via Rede CIN. ✓ Atendimento a 6.136 empresas. ✓ R\$ 79,7 milhões em novos negócios, em nove ações de promoção de negócios. ✓ Crescimento de 26% na emissão de CODs em relação a 2018. ✓ Crescimento de 19% na emissão de ATA Carnets em relação a 2018. 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ Oferta do serviço de adequação de embalagens para exportação.

- Prioridades para 2020

1. Sistemas para emissão de documentos aduaneiros	Disponibilizar sistemas seguros e ágeis para emissão de COD e ATA Carnet, que assegurem o cumprimento das normas nacionais e internacionais; garantir a manutenção e melhoria contínua desses sistemas; prover apoio à manutenção do módulo RFB do sistema ATA Carnet; e desenvolver o módulo para as Secretarias de Fazenda estaduais.
2. Capacitação empresarial	Capacitar as empresas brasileiras para a internacionalização por meio de cursos presenciais e a distância.
3. Inteligência comercial	Disponibilizar bases de dados e cartilhas reunindo conteúdos essenciais à internacionalização de empresas.
4. Promoção de negócios	Promover os negócios das empresas brasileiras no exterior por meio de missões prospectivas e comerciais, e encontros e rodadas de negócios.
5. Adequação de embalagens para exportação	Oferecer serviço de adequação de embalagens para empresas exportadoras acessarem novos mercados e ampliarem a participação em mercados existentes.

4.3 AÇÕES EM MERCADOS ESTRATÉGICOS

>> ÍNDICE DE MERCADOS ESTRATÉGICOS

O Índice de Mercados Estratégicos (IME) é o indicador anual que embasa, de maneira técnica, o foco das ações da CNI nos mercados mais relevantes para a indústria brasileira.

O IME é resultado da composição de três fatores:

- Fluxo de comércio internacional: indica mercados com relevante participação nas importações e exportações mundiais, bem como aqueles com os quais o Brasil já mantém fluxo de comércio bilateral significativo.
- Fluxo de investimento internacional: indica maiores investidores mundiais e países que captam maior volume de investimento, bem como aqueles com os quais o Brasil mantém maior fluxo bilateral de investimento.
- Fluxo de comércio internacional de bens manufaturados: indica mercados que mais importam bens manufaturados e países para os quais se destinam as exportações brasileiras de manufaturados.

Como resultado, o IME estabelece três categorias de mercados para a atuação da CNI:

- Mercados prioritários: são os mercados da 1ª a 10ª posições no IME, com os quais a indústria já tem relacionamento comercial e de investimentos significativo. Para esses mercados, são apresentadas as ações prioritárias para 2020.
- Mercados potenciais: são os mercados da 11ª a 20ª posições no IME, com os quais a indústria tem potencial relevante para expandir o relacionamento comercial e de investimentos.
- Mercados não prioritários: são os mercados, a partir da 21ª posição no IME, com os quais a indústria tem relacionamento comercial e de investimentos pouco significativos, mas que podem apresentar oportunidades eventuais.

	PRIORITÁRIOS		POTENCIAIS	
IME POR PAÍS	1	ESTADOS UNIDOS	11	ESPANHA
	2	CHINA	12	CANADÁ
	3	ALAMANHA	13	SINGAPURA
	4	ARGENTINA	14	BÉLGICA
	5	REINO UNIDO	15	RÚSSIA
	6	JAPÃO	16	ITÁLIA
	7	ÍNDIA	17	VIETNÃ
	8	MÉXICO	18	ÁUSTRIA
	9	FRANÇA	19	AUSTRÁLIA
	10	COREIA DO SUL	20	CHILE

>> MERCADOS PRIORITÁRIOS

- Objetivo

Promover melhorias no ambiente de negócios com os mercados mais relevantes para a indústria brasileira por meio da execução da agenda prioritária juntos aos governos e setores privados dos países.

- Importância

Os mercados prioritários são os principais destinos das exportações e investimentos brasileiros no exterior, bem como os principais fornecedores de importações e investimento direto em projetos públicos e privados no Brasil.

- Balanço de 2019

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Conclusão e internalização do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com os Estados Unidos.</i> ✓ <i>Ampliação da cota de importação de etanol sem tarifa, de 600 milhões para 750 milhões de litros anuais com os Estados Unidos.</i> ✓ <i>Lançamento-piloto do Global Entry com os Estados Unidos.</i> ✓ <i>Conclusão dos ARMs de OEA com a China e Mercosul.</i> ✓ <i>Envio para o Congresso Nacional do Acordo-Sede para instalação do Escritório Regional das Américas do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD).</i> ✓ <i>Unificação das normas e revogação das restrições setoriais para os Acordos de Compartilhamento de Exames de Patentes (PPH).</i> ✓ <i>Renovação do projeto-piloto do PPH com o Japão e os Estados Unidos.</i> ✓ <i>Reinstituição da isenção de vistos de turismo para Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão.</i> ✓ <i>Conclusão do ALC Mercosul-UE.</i> ✓ <i>Promulgação do Acordo sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos com a UE</i> ✓ <i>Promulgação do PCFI do Mercosul.</i> ✓ <i>Criação do Cebremex.</i> ✓ <i>Promulgação do Acordo Previdenciário com a Coreia do Sul.</i> 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Lançamento de diálogo exploratório para um ALC Mercosul-Japão.</i> ✗ <i>Lançamento de negociações para a celebração de um novo ADT entre Brasil e Alemanha.</i> ✗ <i>Assinatura do Acordo de Previdência Social entre Brasil e Índia.</i> ✗ <i>Assinatura do ACFI entre Brasil e Índia.</i>

- Prioridades para 2020

1. Estados Unidos	Defender o lançamento de negociações para um ALC Mercosul-Estados Unidos, de um ADT Brasil-Estados Unidos e a ampliação das liberdades do Acordo de Serviços Aéreos; defender a conclusão do ARM de OEA; monitorar e influenciar a implementação do Global Entry; defender a retirada do Brasil da lista de atenção do relatório anual sobre propriedade intelectual (Special 301); monitorar e defender a aprovação do PL nº 2.963/2019 sobre compras de terras por estrangeiros; e defender a remoção de barreiras às exportações brasileiras e o aprofundamento da cooperação regulatória.	
2. China	Defender o lançamento de negociações para um ACFI, a revisão do ADT, a ampliação de liberdades do Acordo de Serviços Aéreos, a remoção de barreiras às exportações brasileiras e a isenção de vistos de negócios para brasileiros; e estabelecer mecanismo empresarial bilateral.	
3. Alemanha	Defender o lançamento de negociações para um ADT, a revisão do Acordo Previdenciário, a ampliação de liberdades do Acordo de Serviços Aéreos e a negociação de um ARM de OEA Brasil-UE; monitorar o apoio alemão para a internalização do ALC Mercosul-UE; e defender a conclusão do Acordo de Serviços Aéreos Brasil-UE.	
4. Argentina	Defender a denúncia do acordo de reserva de carga, o aprofundamento da cooperação regulatória e a remoção de barreiras às exportações brasileiras.	
5. Reino Unido	Defender o lançamento de negociações para um ALC Mercosul-Reino Unido, um ADT, um Acordo Previdenciário e a ampliação de liberdades do Acordo de Serviços Aéreos.	
6. Japão	Defender o lançamento de negociações para um ALC Mercosul-Japão e um ARM de OEA, a conclusão do Acordo de Serviços Aéreos, a isenção de vistos de curta duração para turismo e negócios para brasileiros em viagem ao Japão e a remoção de barreiras às exportações brasileiras.	
7. Índia	Monitorar a internalização do Acordo Previdenciário e do ACFI, defender a revisão do ADT, a remoção de barreiras às exportações brasileiras e a isenção de vistos de negócios para brasileiros.	
8. México	Defender a conclusão de um ALC ou de um acordo parcial, o mais amplo possível na cobertura de bens; e defender a negociação de um Acordo Previdenciário, a assinatura do ARM de OEA, a revisão do ADT e a remoção de barreiras às exportações brasileiras.	
9. França	Defender a revisão do ADT, a conclusão do Acordo de Serviços Aéreos Brasil-UE e a negociação de um ARM de OEA Brasil-UE; e monitorar o apoio francês para a internalização do ALC Mercosul-UE.	
10. Coreia do Sul	Monitorar e influenciar as negociações com a Coreia do Sul; e defender o lançamento de negociações para um ACFI e a ampliação de liberdades do Acordo de Serviços Aéreos.	

4.4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

>> DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS LOCAIS

- Objetivo

Prover serviços de educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da indústria brasileira com operação no exterior.





- Importância

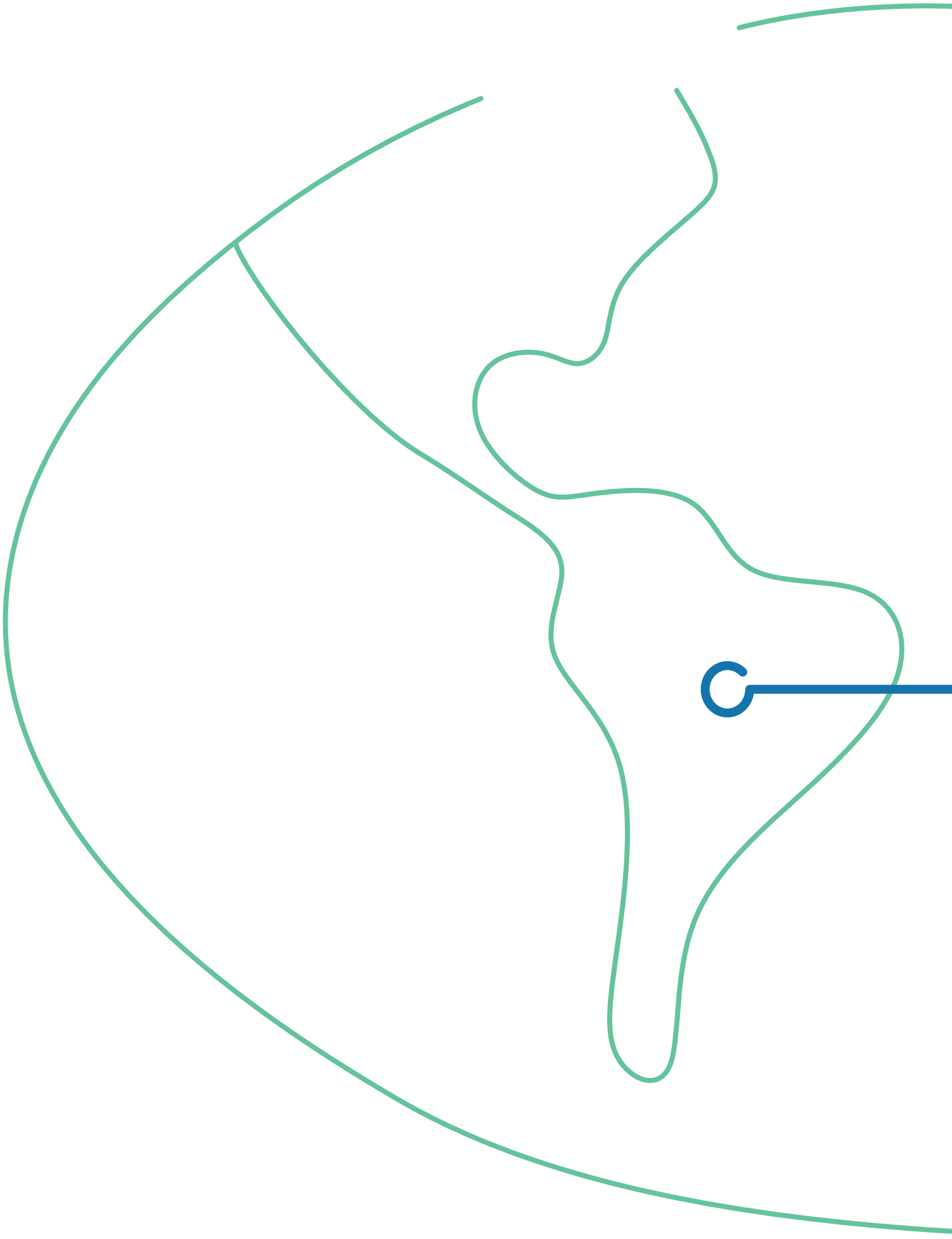
A atuação internacional da empresa brasileira melhora a imagem do país no exterior, contribuindo para a consolidação da marca Brasil, incorpora novas tecnologias e processos ao parque industrial brasileiro, desenvolve quadros internos com habilidades multiculturais, contribuindo para a construção de profissionais do futuro, e aumenta a competitividade da indústria diante de concorrentes internacionais.

- Balanço de 2019

O QUE AVANÇOU?	O QUE NÃO AVANÇOU OU RETROCEDEU
<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Disseminação de oferta de serviços de educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais para associações setoriais e empresas brasileiras com operação no exterior.</i> ✓ <i>Realização de encontros, no Brasil e no exterior, com vistas à concretização de negócios e à celebração de parcerias estratégicas em apoio à empresa brasileira com operação no exterior.</i> 	<p>Não avançou:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ <i>Estabelecimento de novo marco institucional que dê efetividade às iniciativas de cooperação internacional do país.</i>

- Prioridades para 2020

1. Cooperação internacional	<p><i>Defender, junto ao MRE, uma agenda de cooperação internacional que considere as motivações e iniciativas da indústria brasileira no exterior e que com ela dialogue; defender a ampliação do acesso de instituições brasileiras dos setores público e privado a centros de excelência técnica e tecnológica no exterior; e defender o estabelecimento de acordos bilaterais nas áreas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) e Educação Profissional.</i></p>	
2. Subsídios para promoção da educação para o trabalho	<p><i>Defender a captação de recursos e investimentos estrangeiros voltados à P&D&I e Educação Profissional no Brasil; e coordenar iniciativas de promoção e interlocução intergovernamental mobilizando governos, academia e indústrias para a identificação de melhores práticas nos temas afetos à P&D&I e à Educação Profissional.</i></p>	
3. Apoio às transnacionais brasileiras	<p><i>Apoiar a constituição de centros de competências junto a empresas e instituições de formação profissional, capazes de realizar a transferência reversa de tecnologias (otimização dos contratos offset); e apoiar empresas brasileiras com operação no exterior no cumprimento de contratos compensatórios afetos à educação profissional e tecnológica, saúde e segurança do trabalhador, e pesquisa aplicada.</i></p>	
4. Conhecimento para a competitividade	<p><i>Defender o acesso de instituições brasileiras dos setores público e privado a centros de excelência técnica e tecnológica no exterior; defender a promoção do crescimento sustentável do país a partir do aprimoramento das capacidades nacionais; e apoiar a internacionalização de centros de tecnologia e universidades de forma a atrair profissionais e estudantes de outros países e ampliar suas conexões no exterior.</i></p>	

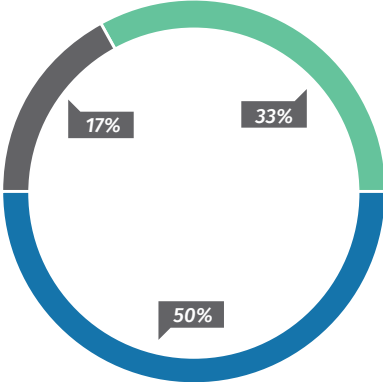


5 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2019 67

A **Agenda Internacional da Indústria 2019** contou com 110 ações distribuídas em dois eixos: ações de influência sobre política comercial e serviços de apoio à internacionalização de empresas. Essas ações foram classificadas em três categorias, conforme seu grau de execução: realizadas, parcialmente realizadas e não realizadas. A prestação de contas detalhada está nas tabelas abaixo.

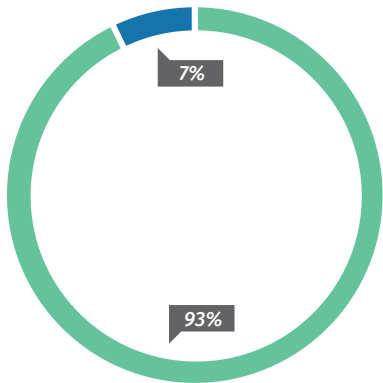
AÇÕES DE INFLUÊNCIA SOBRE POLÍTICA COMERCIAL

GOVERNANÇA DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

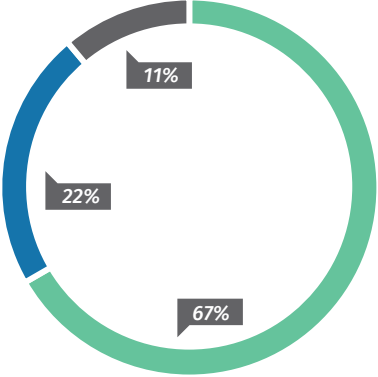
RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	<i>Estratégia Nacional de Comércio Exterior</i>	<i>Não realizada</i>
	2	<i>Aperfeiçoamento da Camex</i>	<i>Parcialmente realizada</i>
	3	<i>Adidos de indústria e comércio</i>	<i>Parcialmente realizada</i>
	4	<i>Escritórios Regionais governamentais de apoio à indústria</i>	<i>Parcialmente realizada</i>
	5	<i>Institucionalidade do sistema público de financiamento e garantia às exportações</i>	<i>Realizada</i>
	6	<i>Institucionalidade do Sistema de Defesa Comercial</i>	<i>Realizada</i>

As ações 3, 5 e 6 repetem-se em: Barreiras em terceiros mercados; Financiamentos e garantias às exportações; e Defesa comercial, respectivamente.

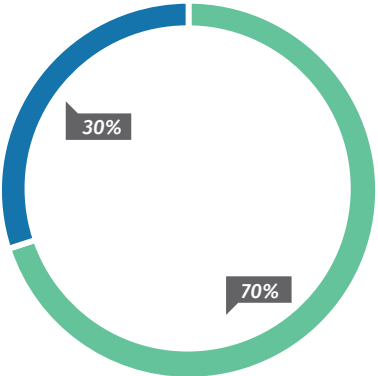
ACORDOS COMERCIAIS

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	<i>União Europeia</i>	<i>Realizada</i>
	2	<i>México</i>	<i>Realizada</i>
	3	<i>Mercosul</i>	<i>Realizada</i>
	4	<i>Aliança do Pacífico</i>	<i>Realizada</i>
	5	<i>Estados Unidos e Japão</i>	<i>Realizada</i>
	6	<i>Outras negociações em andamento</i>	<i>Realizada</i>
	7	<i>Lançamento de novas negociações</i>	<i>Realizada</i>
	8	<i>Tarifa Externa Comum do Mercosul</i>	<i>Realizada</i>
	9	<i>Programa de Ajuste à Abertura Comercial</i>	<i>Realizada</i>
	10	<i>OCDE</i>	<i>Realizada</i>
	11	<i>OMC</i>	<i>Realizada</i>
	12	<i>Propriedade Intelectual</i>	<i>Realizada</i>
	13	<i>Internalização de Acordos</i>	<i>Realizada</i>
	14	<i>Aproveitamento dos Acordos Existentes</i>	<i>Parcialmente realizada</i>

BARREIRAS EM TERCEIROS MERCADOS

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Sensibilização do setor privado	Realizada
	2	Qualificação de barreiras	Realizada
	3	Avaliação do SEM barreiras	Realizada
	4	Grupo de trabalho de barreiras na Camex	Realizada
	5	Mecanismos de investigação de barreiras	Não realizada
	6	Adidos de indústria e comércio	Parcialmente realizada
	7	Participação do setor privado nos comitês da OMC	Realizada
	8	Contenciosos na OMC	Realizada
	9	Mecanismos governamentais bilaterais	Parcialmente realizada

INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Lei de Lucros no exterior	Realizada
	2	Lei de Expatriados	Realizada
	3	ADTs	Realizada
	4	Preços de Transferência	Realizada
	5	Acordos Previdenciários	Realizada
	6	ACFIs	Parcialmente realizada
	7	Acordo de vistos	Parcialmente realizada
	8	Código de Conduta do MRE	Realizada
	9	CONINV da Camex	Parcialmente realizada
	10	Financiamento e Garantias	Realizada

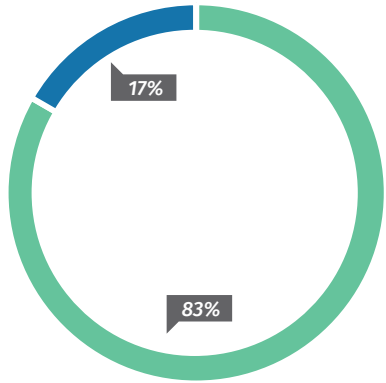
FACILITAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Portal Único de Comércio Exterior	Realizada
	2	Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado	Realizada
	3	Coleta única de impostos, taxas e encargos	Realizada
	4	Gestão de risco	Realizada
	5	Taxas e encargos nas exportações e importações	Parcialmente realizada
	6	Tarifa de escaneamento de contêineres	Realizada
	7	Agenda Regulatória de Comércio Exterior	Realizada
	8	Boas práticas regulatórias	Parcialmente realizada
	9	Comércio eletrônico	Não realizada
	10	Confac da Camex	Realizada

LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
 <p>100%</p>	1	Tarifas cobradas por portos e armadores	Realizada
	2	Modal aéreo	Realizada
	3	Conselho de usuários de transporte marítimo	Realizada
	4	Reserva de carga	Realizada

TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR

Resumo	Nº	Prioridades	GRAU DE EXECUÇÃO
 <p>17%</p> <p>83%</p>	1	Reintegra	Realizada
	2	Compensação de créditos tributários federais e estaduais de exportação	Realizada
	3	Custo de descarga nacional de mercadoria na base de cálculo do Imposto de Importação	Realizada
	4	Regimes aduaneiros de Drawback, Recof e Recof-Sped	Realizada
	5	ZPEs	Parcialmente realizada
	6	Tributação no comércio exterior de serviços	Realizada

FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
<p>14%</p> <p>86%</p>	1	Apoio oficial às exportações e aos investimentos	Realizada
	2	Instrumentos públicos de financiamento às exportações	Realizada
	3	Instrumentos públicos de garantia às exportações	Realizada
	4	Institucionalidade do sistema público de financiamento e garantia às exportações	Realizada
	5	Compatibilidade com OCDE	Realizada
	6	Práticas internacionais de financiamento às exportações	Realizada
	7	Novo Banco de Desenvolvimento	Parcialmente realizada

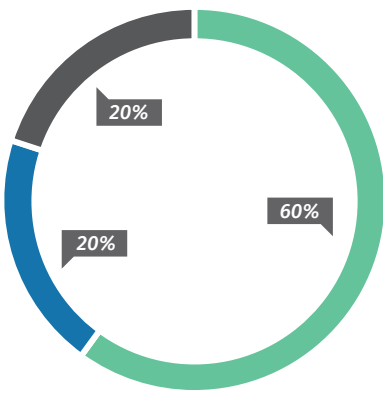
DEFESA COMERCIAL

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
<p>25%</p> <p>75%</p>	1	Institucionalidade do Sistema de Defesa Comercial	Realizada
	2	Segurança Jurídica nas Análises de Interesse Público	Realizada
	3	Antidumping para indústrias fragmentadas	Parcialmente realizada
	4	Subsídios e Medidas Compensatórias	Parcialmente realizada
	5	Salvaguardas	Realizada
	6	Apoio aos exportadores brasileiros	Realizada
	7	Drawback para produtos sujeitos à Defesa Comercial	Realizada
	8	China como economia de mercado	Realizada

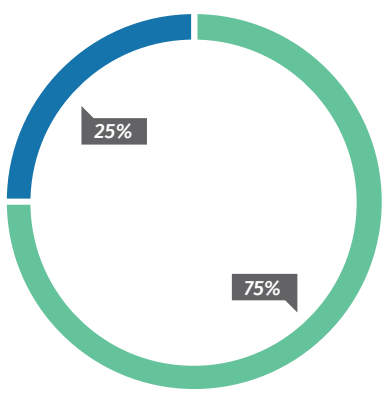
SERVIÇOS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO

PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO			
RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Automatização do plano de internacionalização	Realizada
	2	Implementação do modelo de atendimento via PNCE	Realizada
	3	Consolidação do modelo de atendimento na Rede CIN	Realizada
	4	Governança para plano de internacionalização	Realizada
CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EMPRESARIAL			
RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Capacitações empresariais na fase preparatória à internacionalização	Não realizada
	2	Capacitações empresariais setoriais	Não realizada
	3	Capacitações empresariais em temas de política comercial	Realizada
	4	Parceria com o Sebrae	Realizada
	5	Parceria com a Unindústria	Realizada
INTELIGÊNCIA COMERCIAL			
RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Ferramentas e base de dados	Realizada
	2	Geração e disseminação de conteúdo	Realizada
	3	Pesquisa temática do comércio exterior	Não realizada
	4	Pesquisa desafios à competitividade das exportações brasileiras	Realizada

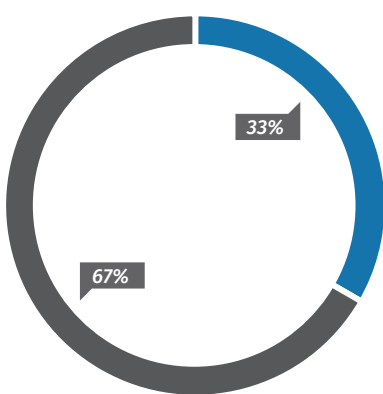
PROMOÇÃO DE NEGÓCIOS

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Ações de prospecção de mercados	Realizada
	2	Ações comerciais	Realizada
	3	Parceria com a APEX-Brasil	Realizada
	4	Governança para promoção de negócios	Parcialmente realizada
	5	SISPROM	Não realizada

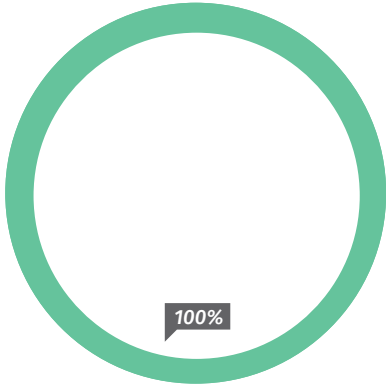
CARNÊ DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	ATA Carnet Brasil	Realizada
	2	Uso do ATA Carnet pelos órgãos anuentes	Realizada
	3	Suspensão do ICMS para admissão temporária com ATA Carnet	Realizada
	4	Adesão de novos países ao Sistema ATA	Realizada
	5	Adesão a novos anexos da Convenção de Istambul	Parcialmente realizada
	6	Inclusão do ATA Carnet em Acordos Comerciais	Realizada
	7	Participar na implementação do e-ATA	Parcialmente realizada
	8	Simplificar e harmonizar procedimentos para aceitação do ATA Carnet	Realizada

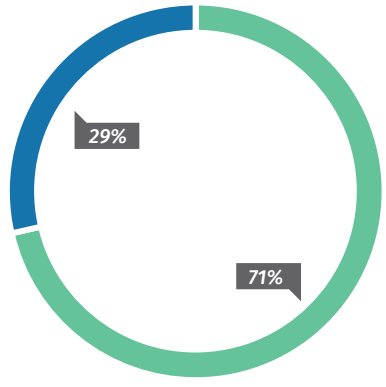
ADEQUAÇÃO DE EMBALAGEM PARA EXPORTAÇÃO

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Implementação da metodologia de adequação de embalagem	Não realizada
	2	Ampliação do atendimento em adequação de embalagem	Não realizada
	3	Parcerias para adequação da embalagem	Parcialmente realizada

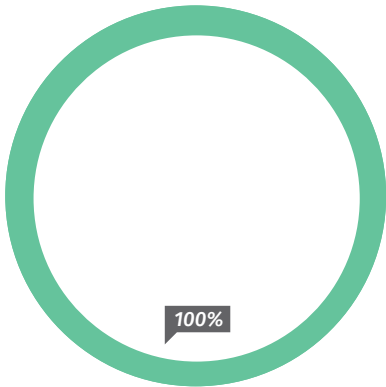
PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

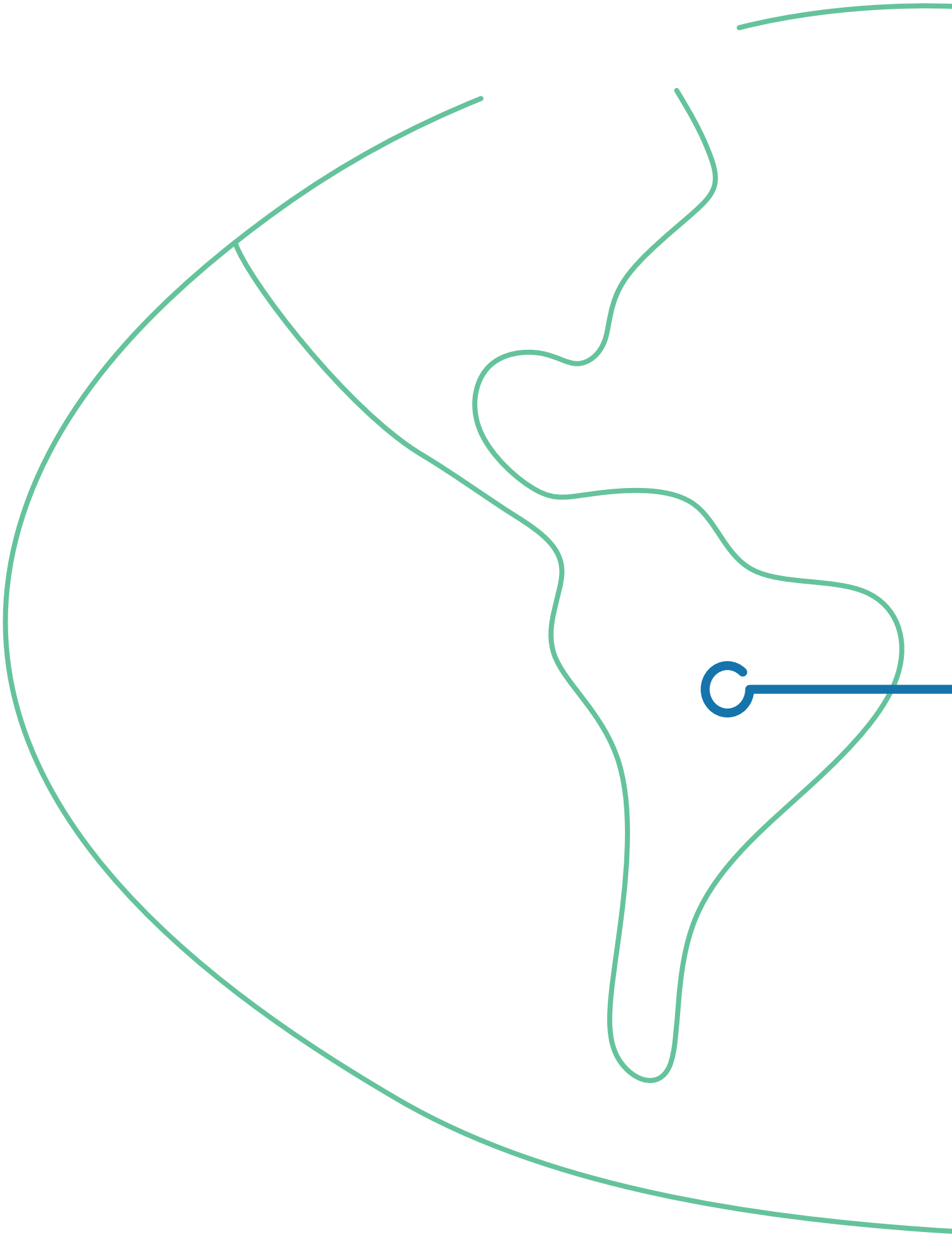
RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Oferta de programas de internacionalização pela Rede CIN	Não realizada

CERTIFICADOS PARA EXPORTAÇÃO

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	COD Brasil	Realizada
	2	Fiscalização da emissão de certificados de origem	Realizada
	3	Projeto-piloto com países da ALADI	Realizada
	4	Certificação de Origem Digital com o Chile e o Uruguai	Realizada
	5	Certificação de Origem Digital com a Argentina	Realizada
	6	Autocertificação	Parcialmente realizada
	7	CLV	Parcialmente realizada

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS LOCAIS

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Disseminação de Oferta de Serviços ao Setor Privado	Realizada
	2	Ação Comercial	Realizada



6 AÇÕES COM DESDOBRAMENTOS NOS ESTADOS 77

Agenda Internacional da Indústria 2020 possui 30 ações com maior desdobramento nos estados. Essas ações estão relacionadas no quadro a seguir com o objetivo de facilitar a atuação das Federações das Indústrias nas prioridades identificadas.

DEFESA DE INTERESSES EM POLÍTICA COMERCIAL	TEMAS	Prioridades
	ACORDOS COMERCIAIS	<i>Europa</i>
		<i>Mercosul</i>
		<i>Tarifa Externa Comum</i>
	BARREIRAS EM TERCEIROS MERCADOS	<i>Sensibilização do setor privado</i>
		<i>Qualificação de barreiras</i>
		<i>Cooperação regulatória</i>
	INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO EXTERIOR	<i>Lei de Expatriados</i>
	FACILITAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	<i>Portal Único de Comércio Exterior</i>
		<i>Taxas, encargos e obrigações</i>
<i>Coordenação entre órgãos de fronteiras</i>		
<i>Confac</i>		
LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR	<i>Conselho de Usuários de Transporte Marítimo</i>	
	<i>Tarifas cobradas por terminais portuários e armadores</i>	
	<i>Tarifas cobradas por administradoras de aeroportos</i>	
TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR	<i>Reforma Tributária para o comércio exterior</i>	
	<i>Compensação de créditos tributários estaduais</i>	
FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES	<i>Sensibilização do governo</i>	
COMÉRCIO JUSTO	<i>Segurança jurídica nas análises de interesse público</i>	
	<i>Economias não predominantemente de mercado</i>	
SERVIÇOS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO	GOVERNANÇA PARA SERVIÇOS	<i>Rota Global</i>
		<i>Parceria com a Apex-Brasil</i>
		<i>Parceria com o Sebrae</i>
		<i>Parceria para adequação de embalagens para exportação</i>
	REGULAÇÃO DE SERVIÇOS	<i>Certificado de Origem Digital</i>
		<i>Carnê de Admissão Temporária</i>
	OFERTA DE SERVIÇOS	<i>Sistemas para emissão de documentos aduaneiros</i>
		<i>Capacitação empresarial</i>
		<i>Inteligência comercial</i>
		<i>Promoção de negócios</i>
	<i>Adequação de embalagens para exportação</i>	

CNI

Robson Braga de Andrade
PRESIDENTE

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - DDI
Carlos Eduardo Abijaodi
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

GERÊNCIA EXECUTIVA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Diego Zancan Bonomo
GERENTE-EXECUTIVO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Christine Pinto Ferreira
Fernanda Maciel Carneiro
Isabella Kamila da Silva Sousa
Michelle Queiroz de Moura
Ruth Fernández
EQUIPE TÉCNICA

GERÊNCIA DE POLÍTICA COMERCIAL
Constanza Negri Biasutti
GERENTE DE POLÍTICA COMERCIAL

Alessandra Cristina Matos
Felipe Augusto Torres de Carvalho
Leandro Ismael Salles de Barcelos
Ronnie Pimentel
Viviane Aversa Franco
EQUIPE TÉCNICA

GERÊNCIA DE SERVIÇOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO
Sarah Saldanha
GERENTE DE SERVIÇOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Aline Veras de Araujo
Camila Martins Carvalho Rodrigues
Carolina Lopes de Oliveira Bernardes
Cibele Uchida
Claubert Pereira de Oliveira
Felipe Eduardo Costa
Felipe Spaniol
José Fernando Dantas de Sousa
Ludmila Carvalho
Michell Víctor Matos Mourão
EQUIPE TÉCNICA

GERÊNCIA DE NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

Fabrizio Panzini

GERENTE DE NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

Allana Macedo Rodrigues

Carolina Telles Matos

Carolina Lopes de Oliveira Bernardes

Isadora Souza

Marcus Gabriel da Silva

EQUIPE TÉCNICA

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO - DIRCOM

Ana Maria Curado Matta

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

GERÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Armando Uema

GERENTE DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

André Dias

PRODUÇÃO EDITORIAL

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC

Fernando Augusto Trivellato

DIRETOR DE SERVIÇOS CORPORATIVOS

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - SUPAD

Maurício Vasconcelos de Carvalho

SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO

Alberto Nemoto Yamaguti

NORMALIZAÇÃO

Danúzia Queiroz

REVISÃO GRAMATICAL

IComunicação

PROJETO GRÁFICO

Editorar Multimídia

DIAGRAMAÇÃO



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA